

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DO MARANHÃO



Fundação
Nacional
de Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU nº 59/2017 e Portaria CGU nº 500 de 08 de março de 2017.

SÃO LUIS - MA, MARÇO / 2017

2017. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.
Distribuição e Informação:
Superintendência Estadual da Funasa Maranhão
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
Endereço: Rua do Apicum, 243 - Centro
Telefones: (98)3214.3317
[Página na internet: www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)
Cep: 65025.070

Impresso no Brasil / Printed in Brazil.

FICHA CATALOGRÁFICA

Relatório de Gestão 2016 / elaborado por Superintendência Estadual
da Funasa - Estado: Maranhão

Ministério da Saúde:
Fundação Nacional de Saúde, 2016.

84 p.il.

1. Gestão. 2. Planejamento. 3. Resultados.

PRESIDENTE

Antonio Henrique de Carvalho Pires

AUDITOR-CHEFE

Luis Carlos Marchão

PROCURADOR- CHEFE

Ana Salett Marques Gulli

DIRETOR EXECUTIVO

Antonio Arnaldo Alves de Melo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Thiago Martins Milhim

DIRETOR DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Leonardo Rodrigues Tavares

DIRETOR DE SAÚDE AMBIENTAL

Rodrigo Sérgio Dias

SUPERINTENDENTE REGIONAL DA FUNASA MARANHÃO

Marco André Campos da Silva

COORDENAÇÃO

Superintendente Estadual da Funasa no Maranhão

EQUIPE TÉCNICA

Nome dos colaboradores

MARIA DE FATIMA OLIVEIRA CHAVES

ADEVAL BARBOSA AVELAR

ANTONIO RODRIGUES MELO

FRANCISCA TEREZA CORREIA DE SOUZA COSTA

ISIDIA DODÔ SILVA

JULIO CESAR REIS DA SILVA

RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS FILHO

SUMÁRIO

Quadro 8 -Despesas por grupo e elemento de despesa.....	8
APRESENTAÇÃO	10
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC).....	10
1.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	10
1.2 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão Entidade.....	11
1.3 Ambiente de Atuação.....	11
1.3.1 Informações do Ambiente de Atuação da Unidade.....	11
1.4 Regimento Interno e Organograma da Unidade.....	15
1.5 Macroprocessos Finalísticos	17
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL RESULTADOS.....	20
2.1. Planejamento Organizacional.....	20
2.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	24
2.3. Desempenho Orçamentário	39
2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária	39
2.3.2. Fatores Intervenientes no desempenho orçamentário.....	39
2.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	40
2.3.3.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos	40
2.3.3.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores	40
2.3.3.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas.....	41
Quadro 3. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão - 2016.....	41
2.3.3.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das Contas Prestadas	41
2.3.2 Informações sobre a Execução das Despesas	46
2.3.2.1. Despesas totais por modalidade de contratação	46
Quadro 8 -Despesas por grupo e elemento de despesa.....	51
2.4. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	52
3. GOVERNANÇA.....	57
3.1 Descrição das Estrutura de Governança.....	57
3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	57
3.3 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	57
3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	59
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	61
4.1 Gestão de Pessoas	61
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	61
4.1.1.1 Distribuição da Força de Trabalho.....	62
4.1.1.2 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	62
4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal.....	63
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	64
4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários	65
Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)	65
Contratação de Estagiários.....	65
Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	66
Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas	66
4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	66
4.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada	66
4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições.....	69
4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	69

4.2.3.1	Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional	70
4.2.3.2	Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet	71
4.2.3.3	Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis	71
4.2.3.4	Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los	71
4.2.4	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas	71
4.2.5	Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros	71
4.2.6	Informações sobre a Estrutura Física	71
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação	72
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	72
5.1.	Canais de acesso do cidadão	72
5.2	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade	73
5.3	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	73
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	74
6.1	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Ítens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	74
6.3	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas	80
As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 estão disponíveis no Anexo I - Demonstrações Contábeis.		80
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	80
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	80
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	82
7.3	Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	82
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	83
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	83
7.6	Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda	83
8	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Macroprocessos Finalístico

Quadro 2 – Prestação de Contas sobre transferências concedidas

Quadro 3. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão - 2016

Quadro 4.– Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores.

Quadro A 4 – Força de Trabalho da UJ

Quadro A.4.1 – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.4.2 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro A.4.3 – Despesas do pessoal

Quadro A.4.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 5 - Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 6 - Restos a pagar processados e restos a pagar não processados liquidados e Não Processados

Quadro 7 - Despesas por Modalidade e natureza detalhada da despesa

Quadro 7,1 Despesas por Modalidade e natureza detalhada da despesa

Quadro 7,2. Despesas por Modalidade e natureza detalhada da despesa

Quadro 8 -Despesas por grupo e elemento de despesa
Quadro 9 - Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental
Quadro 10 - Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental
Quadro 11 - Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).
Quadro 12 - Percentual de municípios com amostras de água analisadas
Quadro 13 - Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados
Quadro 14 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Quadro 15– Distribuição da frota de veículos SUEST-MA
Quadro 16 Média de Anual quilômetros rodados por grupos de veículos
Quadro 17 - Idade Média da Frota por grupo de veículos
Quadro 18- Custos Operacionais Anuais por grupo de veículos (manutenção, combustíveis e lubrificantes e seguros obrigatórios) em R\$.
Quadro 18 - Distribuição Geográfica dos imóveis da União
Quadro 19- Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional
Quadro 20 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016
Quadro 21 – Despesas com Publicidade2016

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Ação 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
Tabela 2 – Ação 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
Tabela 3 - Ação: 10GG - Beneficiar municípios com a Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) (presidência)
Tabela 4 – Ação 7652 - Beneficiar município com a Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
Tabela 5 - Ação: 7656- Beneficiar comunidades com a Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras) para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
Tabela 6. Nº de municípios com amostras de água analisadas
Tabela 7. Nº de municípios com técnicos capacitados em CQA
Tabela 8 . Nº de comunidades especiais ou rurais visitadas para coleta de amostras de água e análises laboratoriais em CQA
Tabela 9. Resumo das ações em municípios e em comunidades especiais ou rurais
Tabela 10. Resumo dos Dados do Apoio Laboratorial
Tabela 11. Nº de análises de água em Comunidades Especiais ou Rurais
Tabela 12. Caracterização da Comunidade Especial ou Rural atendida
Tabela 13- Resumo das Capacitações Realizadas pela SACQA/SESAM
Tabela 14. Nº de análises de água em Municípios

Tabela 15. Demonstrativo - Relação das contas aprovadas com ressalvas no exercício (2016)

Tabela 16. Demonstrativo - Contas com aprovação parcial - Plano de Aceleração do Crescimento

Tabela 17. Aprovação parcial convênios e emendas parlamentares

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

LISTA DE SIGLAS

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

SUEST/MA – SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MARANHÃO

DIESP - DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria Geral da União

URCQA – Unidade Regional de Controle de Qualidade da Água

SESAN – Serviço de Saúde Ambiental

SECOV – Serviço de Convênios

UPC - Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE ANEXOS

ANEXOS - DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A CONFORMIDADE DA GESTÃO - ANEXO I

DEMONSTRATIVO CGU/PAD - ANEXO II

DECLARAÇÃO SOBRE A INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DE ATOS
SISAC - ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV -
ANEXO IV

DECLARAÇÃO SOBRE A ENTREGA DAS DBR PELOS SERVIDORES - ANEXO V

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA
GESTÃO

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, bem como as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016 e Portaria TCU nº 59/2017, esta Unidade de Prestação de Contas (UPC) apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2016, no qual encontram-se descritas as ações implementadas, as estratégias de atuação e os resultados alcançados no exercício de 2016, considerando os programas que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) em consonância com o Plano Nacional de Saúde (PNS), restringindo-se às responsabilidades de atuação no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão.

Todos os itens exigidos pela legislação foram detalhados no relatório, exceto aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Funasa, bem como aqueles em que não houveram ocorrências durante o exercício, nesta Unidade, em cujos tópicos consta a expressão "Não se aplica a esta UG".

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

1.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde, entidade vinculada ao Ministério da Saúde (MS), instituída pelo art. 14 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, sofreu alteração em sua estrutura organizacional com a publicação do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas. Em 2016, uma nova alteração na estrutura organizacional foi promovida através do Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, cujas denominações das Unidade Organizacionais foi publicada no Boletim de Serviço desta Fundação, nº 044-A, de 01.11.2016, entretanto, apesar das mudanças, nada foi reformulado no que diz respeito às competências institucionais acima mencionadas.

As Superintendências da FUNASA, no nível estadual desenvolvem suas competências regimentais consistindo que consistem em: coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades nas suas respectivas áreas de jurisdição de acordo com as metas pactuadas no Plano Plurianual (PPA) e para tanto, executa atividades relacionadas a aditar, acompanhar e fiscalizar (fisicamente e financeiramente) convênios celebrados pela Presidência da Funasa com os municípios e/ou outras entidades correlatas que propiciem a implantação ou ampliação das ações voltadas para o saneamento ambiental, no controle da qualidade da água para consumo humano bem como a vigilância e educação ambiental em saúde, esta última efetivada por meio de visitas às comunidades beneficiadas com vistas à sensibilização das mesmas para o exercício do controle social e da própria

cidadania, notadamente aquelas mais vulneráveis, podendo-se citar no âmbito estadual as populações quilombolas.

Ressalta-se que esta Unidade não possui vinculação direta com as ações do PPA, as quais encontram seus objetivos macro sediados no âmbito da Presidência desta Fundação, cabendo à Superintendência Estadual, a execução da parte operacional no nível local, de forma a efetivar os resultados das mesmas, por meio das atividades já descritas.

1.2 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão Entidade

As normas regem o funcionamento desta Fundação encontram-se previstas no Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, o Regimento Interno da Funasa foi aprovado por meio da Portaria GM 270 de 27.02.2014, publicada no DOU nº 43, de 05.03.2014. A descrição das competências refletem a estrutura que de fato operacionaliza as atividades no nível de organização das Superintendências. REGIMENTO INTERNO DA FUNASA - Portaria Ministerial nº 270/2014 - Ministério da Saúde - SEÇÃO IV - Das Unidades Descentralizadas. Em 2016, o Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, promoveu significativas alterações na estrutura da instituição, cujas denominações das Unidade Organizacionais foi publicada no Boletim de Serviço desta Fundação, nº 044-A, de 01.11.2016,

1.3 Ambiente de Atuação

1.3.1 Informações do Ambiente de Atuação da Unidade

a) Caracterização e o comportamento do mercado de atuação:

Por força da natureza jurídica da instituição ser uma fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, instituída com base no disposto no art. 14, da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, o seu ambiente de atuação está conformado dentro do contexto da saúde pública brasileira, notadamente, de acordo com a sua missão, nas áreas de saúde ambiental e saneamento ambiental, com vistas à promoção da saúde e a inclusão social de parcelas da população carentes desse tipo de ações, desenvolvidas pelos municípios através de instrumentos diversos de repasse para obras que visem garantir o acesso à água de qualidade, oferta de saneamento básico em suas mais diversas modalidades, com ênfase na destinação adequada dos dejetos, dentre outras.

Em razão de sua atuação no âmbito de relevante política pública, constituída pelas diversas ações que a integram, sendo que, cabe à Fundação Nacional de Saúde – Funasa, assegurar a melhoria das condições de saúde das populações residentes em municípios com até 50 mil habitantes, via transferência aos municípios de recursos, pela Presidência, por meio de Convênios, TC/PAC e outros instrumentos congêneres, a partir de critérios de seleção de natureza epidemiológica, ambiental e sócio econômico além de promover ainda, atividades junto às

populações rurais, reservas extrativistas, comunidades remanescentes de quilombos, e populações ribeirinhas, bem como o desenvolvimento de ações de saúde ambiental relacionadas às estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, que tem como público alvo, além dos já mencionados anteriormente, os entes municipais e estaduais. Nesse contexto, cabe enfatizar que as ações não são diretamente executadas pela Funasa, mas que o processo ocorre a partir da manifestação do gestor municipal que, ao pretender melhorar a qualidade de vida de sua população, apresenta proposta para a celebração de convênio, cujos recursos podem ser oriundos do próprio orçamento da Fundação, de Emendas Parlamentares ou no âmbito do Plano de Aceleração de Crescimento.

É pertinente ressaltar ainda que, as superintendências não possuem governabilidade para a seleção dos municípios contemplados com tais instrumentos e nem realiza transferências de recursos. Sua atuação consiste basicamente no acompanhamento dos objetos pactuados bem como quanto a análise das contas dos recursos transferidos.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada:

Nesse contexto, não se trata de empresas, mas sim, em se tratando das competências institucionais e aos atores responsáveis, neste caso, à consecução da política pública, diversos órgãos no governo federal, respondem por programas e ações em saneamento básico. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), diversas são as instituições federais atuantes no setor.

Conforme o Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2016-2019, a atuação do Ministério das Cidades é dirigida a municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs).

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Por outro lado, no mesmo ministério, à Secretaria de Vigilância em Saúde cabe dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

Já o Ministério do Meio Ambiente (MMA), é responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010, bem como pela capacitação e desenvolvimento institucional de estados e municípios nesse componente. Ainda no âmbito do MMA, destaca-se a atuação da Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual o saneamento básico configura-se como um importante setor usuário das águas superficiais e subterrâneas. Além das atividades inerentes à regulação do uso das águas interiores, como a outorga de direito do uso da água para abastecimento e para a diluição de efluentes, a ANA desenvolve ações específicas voltadas ao setor de saneamento, como a elaboração do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água e o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), voltado à operação eficiente das estações de tratamento de esgotos, além de estudos hidrogeológicos em regiões metropolitanas e mapeamento de áreas de risco mais susceptíveis à ocorrência de inundações.

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

Segundo estimativa do IBGE/ 2016, o Estado do Maranhão possui 2 municípios com mais de 200 mil habitantes; 7 municípios com mais de 100 mil habitantes; 15 com mais de 50 mil habitantes e 193 com menos de 50 mil habitantes indo de 3.330 a 49.440 mil habitantes, ou seja, o universo alvo principal da Funasa, corresponde a cerca de 88,95% do total de municípios maranhenses.

Se considerarmos em termos populacionais, em 2 municípios temos uma população estimada em 1.336.808 hab; em 7 municípios a população estimada é de 958.255 hab; em 15 municípios, a população estimada é de 1.044.040 hab, perfazendo um total de 3.339.103 hab. Em relação aos 193 municípios a população corresponde 3.614.933 habitantes, (51,98%) da população do Estado. Isto implica em uma enorme responsabilidade e agrega um valor inestimável aos serviços prestados para Funasa, tendo em vista que a população alvo a ser beneficiada é expressiva no âmbito estadual, além de se caracterizar como sendo as de maior carência de políticas públicas que objetivem reduzir ou extinguir situações de riscos à saúde e ao meio ambiente.

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) vinculada ao Ministério da Saúde, no âmbito central (Presidência) o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias, sendo que os serviços ofertados especificamente no âmbito das Superintendências Regionais consistem em:

- Engenharia de Saúde Pública

Na SUET-MA, as atividades que visam efetivar as metas previstas pelo PPA, relacionam-se à análise dos projetos, ao acompanhamento, por meio de visitas técnicas, das obras decorrentes dos convênios, Termos de Compromisso e/ou outros instrumentos congêneres, celebrados pela Presidência, com os municípios deste Estado do Maranhão, emissão de relatórios, notificações diversas sobre impropriedades/irregularidades, aprovação ou não das obras executadas, dentre outras atividades correlatas.

- Saúde e Educação Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.
- No âmbito desta SUEST-MA, as ações são realizadas pelo Serviço de Saneamento Ambiental juntamente com a Unidade de Controle de Qualidade da Água, sendo que esta última, atende também a outras demandas externas oriundas do Ministério Público ou outras instituições que possuam interesse no assunto.

Consistem ainda, como estratégia para o fortalecimento e na busca da efetividade das ações executadas o Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

As ameaças no ambiente de atuação desta SUEST-MA são provenientes da baixa capacidade técnica e operacional dos municípios parceiros, em razão de suas características, bem como do perigo de dano relacionado à aplicação irregular e/ou desvio de recursos; ausência de uma gestão competente pelos gestores locais aos quais são transferidos os recursos orçamentários para a implementação das ações financiadas; o número insuficiente de profissionais nas áreas finalísticas, ocorrendo com grande intensidade na área de Engenharia de Saúde Pública onde, a deficiência de pessoal é extremamente grave, com tendência ascendente em razão de aposentadorias, óbitos ou afastamentos por doenças, de tal forma que prejudica a missão institucional no âmbito local, visto encontrar-se impossibilitada de acompanhar efetivamente todas as demandas oriundas dos convênios celebrados pelo nível central, ressaltando-se que tal situação já foi relatada em Relatórios anteriores e, mesmo assim, vem agravando-se ao longo dos últimos anos ante a ausência de contratação de pessoal para suprir a referida deficiência. Neste aspecto, considera-se como um dos pontos mais ameaçadores à concretização das responsabilidades no nível local.

Quanto as oportunidades, se levarmos em conta o critério de necessidades apresentadas pelas populações de 193 municípios, com possibilidades de investimentos, pelo Governo Federal, em políticas públicas de saneamento e de saúde ambiental, que tenham por interesse mitigar as vulnerabilidades às quais estão submetidas as populações tanto dos municípios com até 50 mil habitantes quanto as rurais, extrativistas, remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, que apresentam indicadores de saúde desfavoráveis, situação essa que se revela como uma grande oportunidade em virtude de permitir a esta instituição, atuação abrangente, como por exemplo, nesta SUEST-MA, onde uma média de 88,95% dos municípios requerem intervenções ante a ausência de saneamento básico mínima.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

Esta Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão assim como as demais, é um braço executor da instituição e se relaciona com os diversos entes da sua região de abrangência, a partir de propostas e realização de pactos de atuação, traduzidos em convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e demais instrumentos congêneres, visando, em última instância a melhoria da qualidade de vida da população inserida numa realidade, em que se quer intervir através das ações financiadas por ela, pelo Programa de Aceleração de Crescimento ou por Emendas Parlamentares, que buscam atender às proposições dos gestores locais. Dessa forma, é estabelecido o intercâmbio de informações, via presencial ou eletronicamente, a fim de que os instrumentos pactuados estejam em conformidade com as normativas técnicas que regulam o assunto, quer seja em nível interno, quanto externo.

Durante o desenvolvimento dos compromissos assumidos, esta SUEST-MA, atua supervisionando técnica e administrativamente os instrumentos celebrados, com vistas à sua efetivação e a consequente prestação de contas, a fim de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

f) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

Por força do tipo de instituição, bem como, das diretrizes políticas do governo federal para a área da saúde pública, aqui incluídas as ações de prevenção, promoção, e proteção, não permitem antever quaisquer riscos de interrupção ou até mesmo de extinção de órgãos que prestam esses serviços considerados essenciais e necessários para que o país possa avançar e

alcançar melhores indicadores de saúde. Desse modo, em sendo a instituição, uma estrutura de governo, portanto responsável pela execução de políticas públicas, sob sua responsabilidade, não há por que desenhar-se cenários de piso que apontem para possíveis riscos, em seu ambiente de atuação. Ressalta-se ainda, que não se trata de uma visão de mercado, cujos maiores riscos são as concorrências e falências, mas de um ente federal que deve cumprir suas responsabilidades de forma eficiente.

Diante disso, não há necessidade de estabelecimento de estratégias para mitigar riscos considerados inexistentes, até porque, conforme disposto em capítulo específico na Constituição Brasileira, a saúde é um bem de todos e dever do estado, e a Fundação representa o estado, ao desenvolver ações de saúde e saneamento ambiental para a população adstrita à sua área de atuação. Inexistem portanto, especificamente quanto aos riscos relacionados ao "mercado" visto que esta Superintendência não concorre com outras entidades em sua área de atuação.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

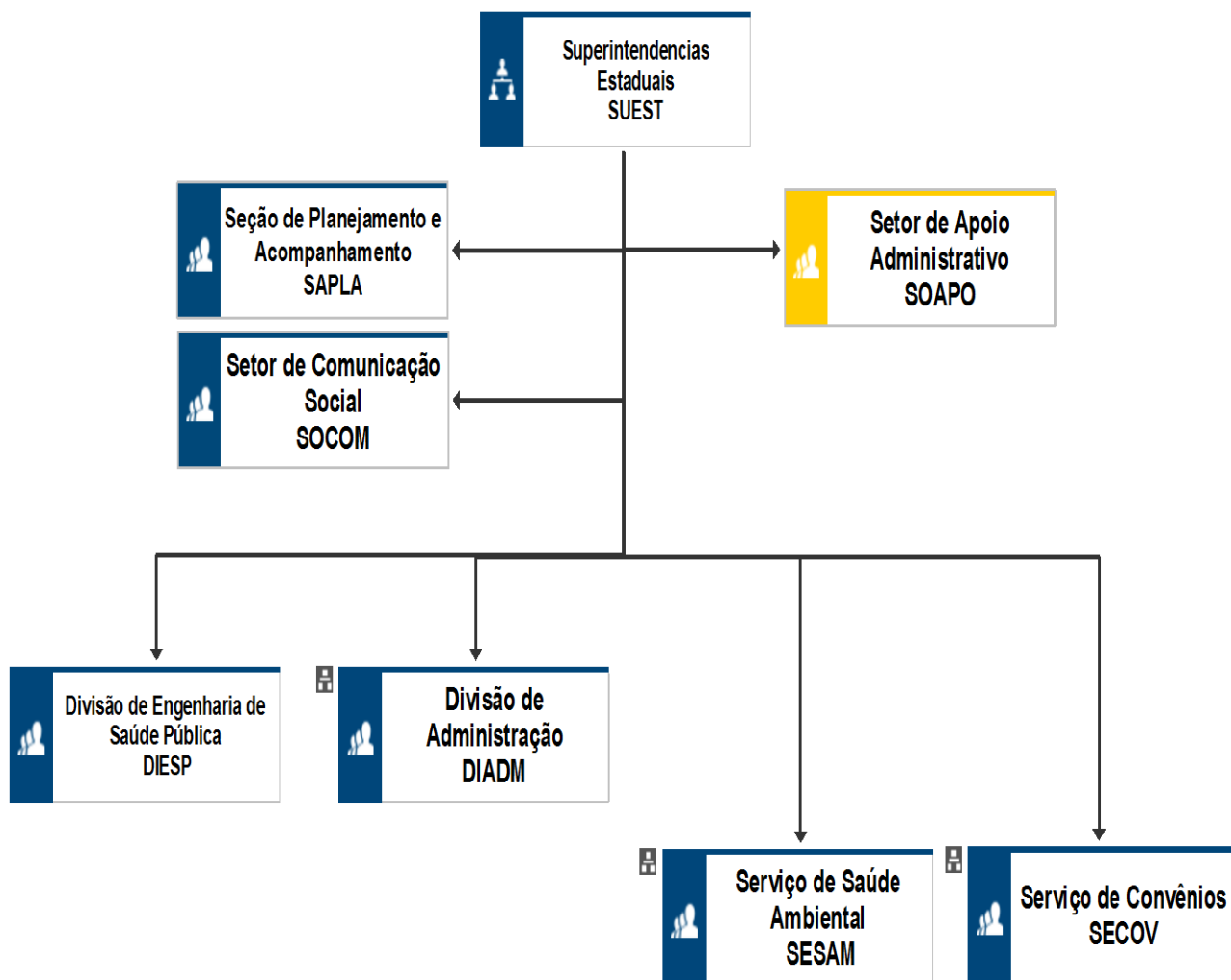
No ano de 2016, apesar das alterações decorrentes do disposto no Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, cujas denominações das Unidade Organizacionais foi publicada no Boletim de Serviço desta Fundação, nº 044-A, de 01.11.2016, sem entretanto promover nenhuma reformulação no que diz respeito às competências institucionais acima mencionadas.

h) As informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

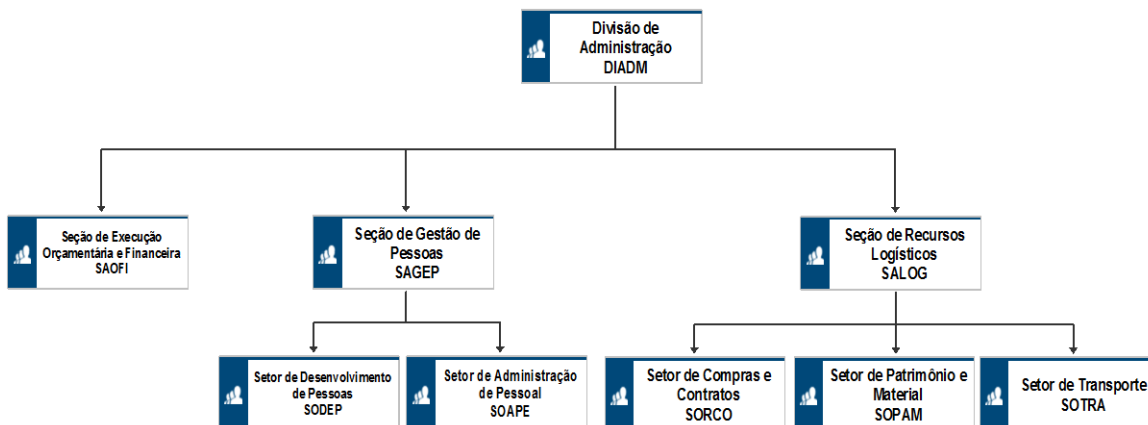
As Superintendências Estaduais da Funasa, estruturada em uma sede em cada Estado da Federação, não tem autonomia de atuação, constituindo-se tão somente em unidades executoras nas áreas finalísticas e dos compromissos assumidos pela Instituição junto aos demais entes públicos bem como à sociedade. Nesse contexto, esta SUEST-MA, de acordo com as metas definidas para cada exercício, busca realizá-las de forma a atingir os objetivos pretendidos.

1.4 Regimento Interno e Organograma da Unidade

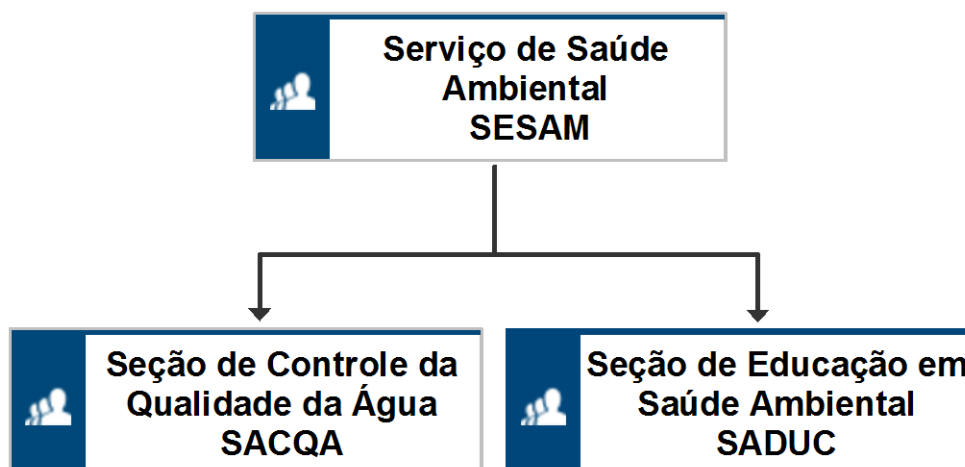
O Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, promoveu significativas alterações na estrutura da instituição, cujas denominações das Unidade Organizacionais foi publicada no Boletim de Serviço desta Fundação, nº 044-A, de 01.11.2016. O Regimento Interno mantém-se o mesmo instituído pela Portaria Ministerial nº 270/2014 - Ministério da Saúde, sendo que, uma nova proposta de regimento está sendo elaborada de forma a adequar-se ao novo organograma institucional, sendo que o das Superintendências Regionais ficaram na forma a seguir:



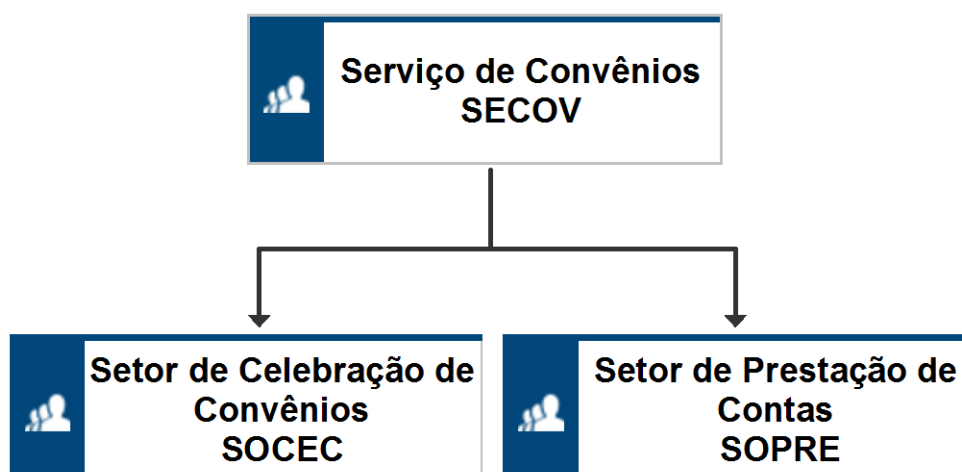
ESTRUTURA DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO



ESTRUTURA DO SERVIÇO DE SAÚDE AMBIENTAL – SESAM



ESTRUTURA DO SERVIÇO DE CONVÊNIOS – SECOV



1.5 Macroprocessos Finalísticos

Em relação aos macroprocessos finalísticos, mantém-se as mesmas informações prestadas no Relatório de Gestão 2015, sendo que já se encontra em andamento um novo processo de realinhamento estratégico que poderá influenciar os mesmos no atual exercício.

Os macroprocessos Finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Com base em suas atribuições, foram identificados na Funasa três macroprocessos finalísticos: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações de Saúde Ambiental e Gestão de Convênios. Porém, os macroprocessos Gestão de Ações de Engenharia em

Saúde Pública e Gestão de Ações de Saúde Ambiental ainda não possuem seus processos mapeados.

Estes Macro Processos retratam cada área de atuação da Funasa, destacando a atuação da Presidência, como Proponente, formuladora e implementadora de ações de Saneamento e Saúde Ambiental, cabendo às Superintendências Estaduais a execução e o monitoramento dessas Ações além do controle e monitoramento da execução dos convênios.

Quadro 1 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	Esta Superintendência Estadual atua no acompanhamento execução apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, realizadas pelos municípios por meio de convênios ou outros instrumentos congêneres, financiados pela Funasa, bem como na análise de projetos de saneamento básico.	Acompanhamento de Obras de engenharia voltadas para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Resíduos Sólidos, Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP).
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	No âmbito deste macroprocesso, esta Superintendência Estadual atua no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.	Ações de Controle da Qualidade da Água (CQA), Educação em Saúde Ambiental, e Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental.	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Serviço de Saneamento Ambiental (SESAM).

Gestão de Convênios	Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de	Acompanhamento da Gestão de Convênios	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Serviço de Convênios (SECOV).
---------------------	--	---------------------------------------	--	-------------------------------

	<p>Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória). Esta Superintendência Estadual operacionaliza uma etapa deste macroprocesso atuando na área de prestação de contas, vigências dos instrumentos e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.</p>			
--	---	--	--	--

O mapeamento dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de “Gestão de Convênios”, bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Modernização/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Deadm e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo, todos realizados no nível central:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Os macroprocessos finalísticos mapeados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL RESULTADOS

Esta Suest-MA tem atuação potencial em mais ou menos 95% dos municípios maranhenses, os quais encontram-se inseridos no rol daqueles cujas populações encontram-se abaixo de 50.000 habitantes, os quais possuem perfis sanitários e epidemiológicos que carecem de intervenções sistemáticas com vistas à redução dos riscos de doenças oriundas de veiculação hídrica, bem como aquelas decorrentes da destinação inadequada dos dejetos.

O Maranhão é um Estado onde a maioria dos municípios não possuem uma cobertura na área de saneamento que atenda adequadamente aos requisitos mínimos necessários para a implementação de ações preventivas, ou seja, que evitem o acontecimento do agravo e não apenas tratar o mesmo. Isto porque, é muito mais caro tratar uma patologia tanto financeiramente como é mais danoso para o paciente. É nesse contexto que objetiva assegurar a prevenção que esta SUEST-MA encontra-se focada. Lembrando entretanto, que para tanto, depende do interesse e comprometimento dos gestores locais e de capacidade própria para acompanhar as ações financiadas para que haja uma melhoria nos indicadores de morbimortalidade por doenças evitáveis por meio da prevenção.

Ressalta-se ainda, que existem as intervenções realizadas de forma direta no que se refere ao controle da qualidade da água para consumo humano, trabalho realizado pela Unidade de Controle de Qualidade da Água bem como o apoio às ações de educação em saúde a serem desenvolvidas pelos municípios, através da Seção de Educação em Saúde.

2.1. Planejamento Organizacional

Conforme exposição a seguir, feita pela Presidência da Fundação, demonstra-se o processo de Planejamento organizacional que está sendo gradativamente elaborado:

Diante do contexto, de uma grave crise político-econômica do país, em 2016, com reflexos diretos na Funasa que, imbuída da importância da sua missão institucional e com o foco no alcance da sua visão de futuro, impulsionou a discussão com vistas à elaboração do Plano Estratégico da instituição, partindo-se dos referenciais estratégicos definidos em 2012, para tal, iniciou o Ciclo de Realinhamento Estratégico, como estratégia para definir os objetivos estratégicos que nortearão suas ações e decisões nos próximos anos, bem como, metas e indicadores para o monitoramento do desempenho institucional.

Este Ciclo de Realinhamento Estratégico está sendo elaborado de forma participativa, partindo-se da análise dos fatores e ambientes internos, assim como, dos fatores e cenários externos.

A primeira atividade realizada em 2016 foi o diagnóstico institucional, o qual foi dividido em duas fases, a interna e a externa. A fase interna compreendeu a realização de uma pesquisa com os colaboradores da instituição por meio da aplicação de um questionário online e impresso. Na fase externa, foi realizada uma pesquisa junto aos agentes externos críticos para o sucesso da missão da instituição com aplicação de um questionário diferenciado para este público.

Em resultado a esta atividade foi elaborado o Relatório do Diagnóstico Institucional com a apresentação dos resultados das pesquisas (externa e interna), o qual foi apresentado e disponibilizado para o público interno.

Concomitantemente, foram realizadas oficinas estratégicas (departamentos da Funasa Presidência e Superintendências Estaduais) para construção gradativa dos objetivos estratégicos. Estas oficinas contaram com a presença dos diretores, coordenadores-gerais, coordenadores e técnicos, considerando se tratar de processo participativo, ou seja, os objetivos estratégicos devem ser pactuados com as principais lideranças da Funasa e seu corpo técnico.

Nas oficinas estratégicas foram apresentadas as diretrizes do trabalho, a metodologia a ser aplicada, e posteriormente foi realizada a análise crítica dos pontos levantados/respondidos anteriormente pelas equipes para a elaboração do ranking dos principais pontos, os quais subsidiarão a elaboração dos objetivos de acordo com sua importância (cumprimento da missão institucional), sua urgência (resolução/priorização) e sua tendência (piorar/melhorar com rapidez ou de forma lenta).

Como produto destas oficinas foi construída a Matriz *Swot* da Funasa disponibilizada e apresentada para o público interno, de forma a contribuir, juntamente com o Relatório do Diagnóstico Institucional, para a elaboração dos objetivos estratégicos, metas e indicadores para o Planejamento Estratégico da instituição.

Este terceiro momento será realizado em conjunto com todas as áreas e abordará a elaboração dos objetivos estratégicos e seus desdobramentos em metas e indicadores. Esta etapa de consolidação dos objetivos será finalizada no mês de abril/2017.

Abaixo, seguem os resultados e avaliação dos dados coletados no diagnóstico institucional.

Na busca da elaboração dos objetivos estratégicos da Funasa, os resultados do Diagnóstico Institucional apontaram que as atividades desempenhadas pelos servidores e colaboradores da instituição contribuem no cumprimento de sua missão. Sobre a visão de futuro, a maioria dos servidores não soube opinar ou não acredita que a Funasa será até 2030 uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental. No tocante aos valores institucionais, constatou-se que os valores melhores avaliados foram a ética, a transparência, o compromisso socioambiental e, a eficiência, eficácia e efetividade, sendo necessário avançar nos valores equidade e valorização dos servidores.

Quanto ao processo decisório, é necessário possibilitar maior participação da força de trabalho nas decisões, que são baseadas em fatores técnicos e políticos, sendo que apenas 8% consideraram que essas decisões são baseadas somente em fatores técnicos, o que pode fragilizar o alcance da visão de futuro e cumprimento da missão. A liderança foi considerada satisfatória e, a avaliação das decisões tomadas pelas chefias foram consideradas regulares.

A gestão administrativa foi avaliada como regular para seus aspectos, embora, o cenário apontado é de inadequada articulação entre as áreas, dificuldade de cumprimento de prazos definidos, indicação de atividades não alinhadas totalmente às normas e aos procedimentos, além das áreas não estarem devidamente estruturadas ao volume de trabalho, havendo há necessidade de alinhar os processos de trabalho aos resultados almejados pela Funasa.

Nesse contexto, a modernização administrativa, foi indicada como a principal melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa, sendo uma potencial contribuição para a superação das deficiências apontadas na gestão administrativa.

O fator humano é essencial para o sucesso da instituição em todos os seus aspectos, havendo um apontamento para a existência de disfunções relacionadas à gestão de pessoas as quais podem comprometer o desempenho das atividades. Tal apontamento foi endossado pela alta incidência de propostas de melhorias relacionadas à gestão de pessoas que devem ser conduzidas pela Funasa, sendo elencados os seguintes pontos críticos: i) Baixo incentivo à iniciativa e à criatividade; ii) Capacitações não atendem às necessidades das áreas; iii) Não oportunização de cargos de liderança para os servidores; iv) Quantitativo de servidores considerado insuficiente; v)

Insatisfação em relação à remuneração; vi) Condições do ambiente de trabalho que impactam na saúde do servidor/colaborador; e vii) desvio de função.

A valorização dos servidores e colaboradores pode impactar na melhoria dos resultados, é importante, portanto que Funasa capacite sua força de trabalho, elabore um Plano de Cargos e Salários e melhore a remuneração. Também como proposta de valorização dos servidores e colaboradores foi apontada a gestão por competência, que é capacidade de gerir, com conhecimento, habilidade e atitude, englobando aspectos de conhecimento técnico, prático, experiência, e ainda o comportamento humano, como forma de estimular o desenvolvimento profissional da força de trabalho. Esse modelo de gestão foi sugerido também como forma de melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa.

No tocante à gestão do conhecimento, há a preocupação quanto à perda do conhecimento em decorrência da saída de servidores, para a qual deverá ser implantada uma prática de retenção deste conhecimento.

O maior desafio apresentado para a Funasa foi alcançar maior efetividade das suas ações, além do próprio cumprimento da missão institucional, ou seja, a promoção da saúde e as ações de saneamento foram vistos também como desafios. No entanto, não será suficiente a Funasa modernizar-se, corrigir as disfunções internas apontadas, e superar os desafios sem comunicar de forma tempestiva os resultados das suas ações, tanto para o público interno quanto o externo. As ações de comunicação/informação deverão ser objeto de aprimoramento, no intuito de potencializar os resultados a serem alcançados.

A gestão técnica é outro desafio para a Funasa. Nesse ponto, a adoção de critérios técnicos é uma necessidade veemente, ou seja, os processos de trabalho e decisórios deverão estar tecnicamente convergentes com os referenciais estratégicos (missão, visão e valores). Assim, considerando que a Funasa almeja ser referência nas ações de saneamento e saúde ambiental, a gestão técnica tornar-se-á fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos. A necessidade de adoção de uma gestão participativa, na qual as decisões são compartilhadas com os demais membros para fins de contribuição no processo de tomada de decisão, foi apresentada.

Configura-se como outro desafio a redução da ingerência política na instituição, observa-se que a redução desta ingerência política foi considerada como necessária para a melhoria dos processos de decisão e gestão administrativa, na expectativa da sociedade em relação à Funasa, e inclusive como forma de valorização dos servidores.

A sociedade espera de uma instituição que tem a promoção da saúde e a inclusão social como missão, que ela atue com eficiência, sendo isto apontado de forma clara, ou seja, cumprir com sua missão, e também esperar que haja comunicação/informação efetiva para/com a sociedade. Na perspectiva interna, a sociedade espera ainda o compromisso e dedicação, alinhados a uma atuação ética e transparente.

O diagnóstico identificou distorções existentes na Funasa, mas também coletou propostas de melhoria já apresentadas (modernização, comunicação/informação, valorização dos servidores, eficiência e gestão de pessoas), e outras a serem implantadas como o acompanhamento e avaliação das ações executadas.

O enfrentamento dos desafios enseja o estreitamento do relacionamento da Funasa com parceiros, os quais contribuem para o desempenho da missão institucional. Na perspectiva destes, a maior contribuição da Funasa para a população é a promoção da saúde, seguida da universalização do saneamento dentro das competências institucionais. Os parceiros ressaltaram a importância da educação em saúde, o apoio técnico aos municípios e inclusão social como contribuições para melhoria da qualidade de vida. No entanto, é necessária a melhoria da comunicação com parceiro, assim como o nível de transparência das ações e, em consonância com

os resultados da pesquisa interna, a Funasa também deverá melhorar a divulgação dos seus resultados.

Conhecer as oportunidades é fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos, pois permite a Funasa aproveitá-las em prol da melhoria dos seus resultados. A visão externa apresentou como oportunidade a própria ampliação das parcerias, o enfrentamento ao déficit de saneamento existente no país, e ainda o apoio técnico aos municípios, ressaltando a capilaridade da instituição, que permite uma atuação em todo o território brasileiro.

Por outro lado, as ameaças se apresentam como desafiadoras. A principal ameaça apontada pelos parceiros foi a falta de comunicação e informação das ações da Funasa, seguida da crise econômico-financeira do país. A fragilidade técnica e de gestão dos municípios, a morosidade na análise e acompanhamento, e a falta de planejamento integrado foram apontadas como ameaças que a Funasa deverá neutralizar para obter melhores resultados.

As principais ações sugeridas pelos parceiros para fortalecimento da relação entre as instituições foram apoio técnico, realização de encontros periódicos e desenvolvimento de capacitações. Os parceiros propuseram que a Funasa desburocratize seus processos de forma a imprimir maior celeridade nos seus resultados. A elaboração de estudos e pesquisas foi outra ação apontada como forma de fortalecimento da parceria. Assim como, a gestão participativa, também citada, poderá melhorar a articulação entre as instituições.

Em consonância com os referenciais estratégicos da Funasa, os parceiros identificaram a promoção da saúde como principal objetivo estratégico da instituição. Outros objetivos, tais como, universalização do saneamento, educação em saúde, apoio técnico, parcerias e ampliação da atuação, foram propostos de modo que a instituição continue contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

As disfunções e outros aspectos que afetam a saúde e a eficiência da instituição foram apontadas, cabe diante da perspectiva do Planejamento Estratégico, tentar reverter estas disfunções na proporção da capacidade da instituição para mudar as suas práticas. Há necessidade de alinhamento das estratégias, da cultura, dos sistemas de trabalho aos referenciais estratégicos estabelecidos (missão, visão e valores). Nesse sentido, estes resultados da análise efetuada serão essenciais para fundamentar a construção dos objetivos estratégicos, sendo utilizado para além da identificação das deficiências organizacionais, tornando possível o impulsionar das mudanças necessárias.

Quanto ao processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) mantêm-se as mesmas informações contidas no Relatório de Gestão 2015, tendo em vista a manutenção dos métodos utilizados para a construção do mesmo que iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project esta sendo utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), e se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento deu-se com base na análise dos resultados do exercício anterior nem como levando em conta as demandas de cada área de gestão. Em seguida foram estabelecidas metas específicas para cada programa e ação orçamentária, sendo que, no nível em

que atuam as Superintendências Estaduais, foram programadas atividades compatíveis com o nível de gestão.

Periodicamente, foi avaliado o desempenho das áreas quanto ao cumprimento das metas pactuadas, bem como a análise dos principais dificultadores ou facilitadores para o atingimento dos objetivos propostos.

Em face da necessidade de buscar uma maior efetividade na área de Engenharia, a Chefia da DIESP foi substituída com vistas a buscar maiores avanços no andamento dos trabalhos o que resultou em uma melhoria significativa, com o fortalecimento do processo de planejamento e sistemática de organização e distribuição das tarefas.

2.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

a) Informações sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução.

O Programa de Trabalho da Funasa e suas Unidades Descentralizadas é definido a partir das diretrizes emanadas pelo Governo Federal, explicitado no Plano Anual de Trabalho - PPA 2016/2019. O seu desdobramento se dá por intermédio da Lei Orçamentária Anual, que dispõe sobre metas e prioridades de execução para o exercício.

A sua execução é realizada sob orientação dos Departamentos da Funasa, obedecendo o grau de responsabilidade inerente a cada uma delas, desdobradas em Planos de Ação que na sua proporção, são descentralizados para as Superintendências Estaduais.

A execução realizada por intermédio de transferências, após a seleção e assinatura de Termo de Compromisso, Convênio e Termo de Execução Descentralizada são de competência do nível central cabendo às Superintendências Estaduais, realizar o acompanhamento, por intermédio de análise documental, visitas técnicas e elaboração de relatórios de acompanhamento, fiscalizações, aprovações tanto técnicas quanto financeiras relacionadas ao cumprimento dos objetivos pactuados por meio dos instrumentos celebrados.

Esta unidade jurisdicionada não possui nenhuma responsabilidade sobre qualquer nível de programação definida no plano plurianual 2016/2016.

b) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação

A Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação. Dessa forma, a plano de trabalho para o nível local no exercício de 2016, foi instituído por meio de um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com identificação do programas, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

Esta Superintendência Estadual do Maranhão – SUEST-MA, contribui para a concretização dos objetivos estratégicos institucionais, ao realizar ações de acompanhamento de todas as metas pactuadas através de visitas previamente programadas, além daquelas demandadas por outras instâncias, para: identificação da viabilidade do projeto e em seguida, para acompanhamento da execução das obras relativas a cada programa de governo, sendo que estas

atribuições são de responsabilidade da Divisão de Engenharia de Saúde Pública. Em relação às demais, tanto a habilitação, instrução quanto o acompanhamento, e análise das Prestações parciais e finais das contas apresentadas pelos gestores, o Serviço de Convênios desenvolve por meio de suas duas áreas quais sejam: Seção de Habilitação abrangência: O SOHAB - Setor de Habilitação e Seção de Análise de Prestação de Contas – SOPRE. Em relação às atividades da área de Saneamento Ambiental, notadamente Educação em Saúde e Apoio aos municípios realizando análises físico-químicas e bacteriológicas da água em suas respectivas áreas de atividades foram desenvolvidas através da Equipe de educação em Saúde – SADUC e da Unidade de controle de Qualidade da Água-URCQA.

As maiores dificuldades, como já foram elencadas em relatórios anteriores e reiteradas no presente residem, principalmente, na carência de Recursos Humanos para atuação tanto nas áreas finalísticas quanto na área meio, tendo, atualmente, como elementos que influenciam nessa situação o seguinte: ausência de um plano de cargos e salários e principalmente, o envelhecimento dos servidores dos quais, mais de 85% já se encontram percebendo “Abono de Permanência”, ou seja, já possuem o tempo necessário para a aposentaria, sem que haja uma perspectiva de concurso para contratação de pessoal efetivo. A situação é tão alarmante que, se todos resolvessem se aposentar, esta Superintendência teria que, ou receber servidores de outras SUESTs, o que é improvável, visto que as mesmas encontram-se em situação semelhante ou como última alternativa, fechar as portas por impossibilidade de funcionamento em virtude da ausência de servidores para desenvolverem as atividades.

As estratégias utilizadas para superação dos problemas, advindos principalmente da carência de Recursos Humanos notadamente nas áreas de Engenharia de Saúde Pública e de Análise de Prestação de Contas, continuaram a ser promovidas através da disponibilização, pela Presidência e/ou outras Superintendências, de pessoal para compor “forças tarefas” o que tem permitido, de forma incipiente, a superação parcial dos principais entraves para o alcance total das metas estabelecidas.

c) Descrição dos objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2016 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

- Cumprir as metas previstas para o exercício de 2016;
- Monitorar as ações Previstas para o exercício de 2016;
- Implementar as ações referentes aos Planos de Aceleração do Crescimento PAC I e PAC II através do acompanhamento sistemático dos Termos de Compromisso e Convênios celebrados, pela Presidência desta Fundação, com os gestores locais objetivando: Implantação/ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água; Implantação de Melhoria Sanitárias Domiciliares e Implantação/ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário.
- Monitorar sistematicamente o andamento das obras pactuadas através de Convênios, Termos de Compromissos e/ou outros instrumentos congêneres;
- Monitorar a aplicação dos recursos repassados mediante convênios ou outros instrumentos congêneres, através das análises criteriosas das prestações de contas apresentadas;
- Garantir a regularidade na aplicação dos recursos sob gestão da Superintendência Estadual.

Ações do Programa de Saneamento Básico:

- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
- Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano;

- Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes:
- Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
- Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos:
- Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais:

Ação do Programa – Resíduos Sólidos:

- Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de materiais;

Ações do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde:

- Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental;
- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.
- As estratégias utilizadas objetivando a mitigação de risco deram-se principalmente através de reuniões, das quais todas as chefias participavam, principalmente as responsáveis pelas áreas finalísticas, sendo nesse contexto discutidos os entraves e dificuldades encontradas bem como as sugestões para a superação das mesmas tais como: solicitação de força tarefa para atuar no âmbito da Divisão de Engenharia de Saúde Pública, no cumprimento das determinações relativas às instaurações de Tomadas de Contas Especiais, dentre outras.

d) Resultados do Plano de ação referente ao exercício de 2016

Execução física das ações realizadas pela SUEST-MA

No contexto a seguir exposto, apresenta-se a execução das metas físicas acordadas para a SUEST-MA, no exercício de 2016 realizadas por cada área.

A Divisão de Engenharia de Saúde Pública teve a seguinte atuação:

Programas/Ações do Ministério da Saúde

Programa 2068 - SANEAMENTO BÁSICO

Tabela 1 -Ação 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

DESCRIÇÃO DA META	UND. MEDIDA	PREVISTO	REALIZADO	% ATING.
Analisar Projetos	Projeto analisado	03	00	00
Visita de acompanhamento	Visita realizada	145	116	80

Fonte: SIGA e Planejamento anual

Análise Crítica: Nesta ação apenas 3 tres municípios foram contemplados com projetos e ainda não apresentaram o projeto técnico para análise.

Quanto às visitas de acompanhamento são referentes aos convênios dos exercícios anteriores(CV, EP e PAC).

Foram realizadas também com o apoio de uma Força Tarefa composta de 4 engenheiros e 1 auxiliar de saneamento de outras Superintendências, no período de 22 a 25/08/2016 para auxiliar nas análises técnicas dos passivos no total de 60 sistemas de abast. de água, sendo visitados 22 convênios.

O Passivo atual da DIESP/MA nesta AÇÃO soma o total de 200 Convênios que ainda necessitam continuar com o apoio de outra Força Tarefa, tendo em vista que a demanda de celebração está incompatível com o número atual de técnicos da DIESP/MA

Ocorreu ainda uma redução no número de viagens de supervisões reduzidas em razão da disponibilidade financeira insuficiente.

Tabela 2 – Ação 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

DESCRIÇÃO DA META	UND. MEDIDA	PREVISTO	REALIZADO	% ATING.
Analisar Projetos	Projeto analisado	01	00	00
Visita de acompanhamento	Visita realizada	28	13	46

Fonte: SIGA e Planejamento anual

Análise Crítica: Houve apenas 1 um município contemplado com projeto técnico e ainda não apresentou o projeto para análise.

Quanto as visitas de acompanhamento são referentes aos convênios dos exercícios anteriores(CV, EP e PAC).

Nesta ação não houve visitas da Força Tarefa. Ficando a cargo dos engenheiros locais. As viagens de supervisão foram reduzidas em razão da disponibilidade financeira.

Tabela 3 - Ação: 10GG - Beneficiar municípios com a Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) (presidência)

DESCRIÇÃO DA META	UND. MEDIDA	PREVISTO	REALIZADO	% ATING.
Analisar Projetos	Projeto analisado	00	00	00
Visita de acompanhamento	Visita realizada	10	06	60

Fonte: SIGA e Planejamento anual

Análise Crítica: Neste exercício não houve municípios contemplados com projetos técnicos.

Quanto as visitas de acompanhamento são referentes aos convênios dos exercícios anteriores(CV, EP e PAC). E as mesmas foram reduzidas em razão da disponibilidade financeira.

Tabela 4 – Ação 7652 - Beneficiar município com a Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

DESCRIÇÃO DA META	UND. MEDIDA	PREVISTO	REALIZADO	% ATING.
Analisar Projetos	Projeto analisado	30	19	63
Visita de acompanhamento	Visita realizada	190	90	47

Fonte: SIGA e Planejamento anual

Análise crítica: Neste exercício houve 30 municípios contemplados com projetos técnicos que ainda estão sendo analisados. Sendo que destes apenas 19 foram aprovados.

Os demais possuem pendências que estão sendo solucionadas.

Quanto as visitas de acompanhamento são referentes aos convênios dos exercícios anteriores(CV, EP e PAC). E as mesmas foram reduzidas em razão da disponibilidade financeira.

Tivemos ainda ajuda de um Técnico da Força Tarefa, que realizou análise técnica de 4 convênios. E considerando que a demanda de celebração tende aumentar, há necessidade de apoio de uma outra Força Tarefa, para ajudar os técnicos da DIESP/MA

Tabela 5 - Ação: 7656- Beneficiar comunidades com a Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras) para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

DESCRIÇÃO DA META	UND. MEDIDA	PREVISTO	REALIZADO	% ATING.
Analisar Projetos	Projeto analisado	00	00	00
Visita de acompanhamento	Visita realizada	20	20	100

Fonte: SIGA e Planejamento anual

Análise crítica: Neste exercício, assim como no anterior, não houve municípios contemplados com projetos técnicos.

Quanto as visitas de acompanhamentos são referentes aos convênios remanescentes que ainda estão em execução dos exercícios anteriores

Estratégias de atuação mediante mudança na gestão da DIESP, a partir de 29 de agosto de 2016, o que possibilitou a realização de algumas intervenções de caráter estrutural e organizacional nas rotinas dos trabalhos desenvolvidos. Para tanto, foi utilizada a metodologia de valorização da participação demais instâncias e áreas de trabalho desta Superintendência, as quais são envolvidas diretamente nas ações de gestão técnica, administrativa ou não, buscando informações e estabelecendo interação com o maior universo possível. Foi utilizado como ponto de partida para coleta de informações, referências técnico - operacionais e de interação comuns aos processos de Convênios e Termos de compromissos, vencidos e vigentes firmados, possibilitando situações que favorecessem análises críticas e propositivas espontâneas que expressassem opiniões e expectativas quanto aos processos, dando ênfase aos vencidos considerados passivos culminando com os seguintes procedimentos:

Quantificação dos processos pendente de emissão de parecer técnico – Este procedimento foi realizado com o objetivo de identificar todo o passivo acumulado por vários anos e se vislumbrar a possibilidade de executar um planejamento exequível para eliminação desta demanda reprimida.

Quantificação e Identificação dos processos em TCE encaminhados a DIESP para análise de recursos dos Agentes responsáveis – Este procedimento foi realizado com o objetivo de conhecer a demanda reprimida e buscar solução para o problema.

Localização dos processos – Este procedimento essencial para localizar os processos fisicamente é importantíssimo para a designação de responsabilidade a cada técnico disponível na Divisão de Engenharia de Saúde Pública, porém, estes processos se encontram dispersos, por mesas de técnicos, salas e depósitos, em função da dinâmica processual, são localizados por meio de controle vulnerável, devido a Superintendência não dispor de local próprio e/ou apropriado para guarda dos mesmos.

Reunião preliminar com os Técnicos – Nesta primeira reunião, foram demonstrados todos os problemas encontrados, a responsabilidade que deveriam ser enfrentadas, o compromisso com a Instituição e os aspectos individuais e coletivos que deveriam ser adotados para se debelar os gargalos identificados em todos os processos de trabalho.

Em seguida tratou-se da **Estruturação e Organização** para a operacionalização da gestão técnica-administrativa no âmbito da DIESP, levando em conta sua capacidade de pessoal que conta com um chefe, quatro engenheiros, quatro técnicos em saneamento e dois auxiliares administrativos. O quantitativo de servidores tanto na área administrativa quanto na técnica, revela-se, desde muito tempo, ser insuficiente para sua demanda operacional. Trata-se de uma situação insustentável pois é difícil equalizar força de trabalho com deveres e obrigações a cumprir. em virtude do grande número de instrumentos celebrados pela Presidência anualmente, bem como dos passivos gerados a cada ano. Ou seja, torna-se premente que, a Presidência da FUNASA, compreenda a complexidade da situação gerencial/operacional atual da DIESP/MA, ante as dificuldades em promover um acompanhamento sistemático, efetivo e eficiente da execução, pelos entes municipais, dentre outros, por força do déficit de pessoal para o cumprimento da missão institucional bem como impossibilita a redução do perigo de dano ao erário na aplicação dos recursos. Assim sendo, ressalta-se uma vez mais esse diagnóstico que é de suma importância para que, os detentores de governabilidade para buscar e promover soluções, sejam sensibilizados e/ou até responsabilizados pelos resultados não satisfatórios e que comprometem qualquer plano de ação que vislumbre redução o passivo existente e, até mesmo, prejudique as novas ações necessárias ao alcance dos objetivos institucionais.

Com o objetivo de mitigar os problemas encontrados, após as providências transcritas acima, Foi elaborado um plano de redução das demandas reprimidas encontradas, tais como: delimitar área de atuação de cada técnico em função do quantitativo dos Municípios no Estado, revisão e alteração na forma de distribuição dos processos, estabelecimento de prioridades para os processos de TCE, Acórdão 1814/09 e convênios acima de 10 (dez) meses pendentes de emissão de Parecer Técnico, estabelecimento de rotinas dos técnicos para os deslocamentos in loco em supervisão e determinação de tempo para emissão e inclusão dos Relatórios de Visitas Técnica no SIGA.

Os principais Resultados Alcançados, nesse exíguo tempo foram os seguintes:

- Dos 256 (Duzentos e cinquenta e seis) processos com prestação de contas fina/parcial pendentes de emissão de parecer Técnico foram reduzidos 88 (oitenta e oito) processos, que corresponde em termos percentuais a 34,375%, portanto, restando uma demanda de 168 (Cento e sessenta e oito) processos a ser concluída no exercício de 2017;
- Dos 38 (trinta e oito) processos em TCE pendentes de análise e manifestação técnica, foram concluídos 27 (vinte e sete), restando apenas 11 (onze) processos para o exercício seguinte;
- Foram apresentadas respostas e justificativas para as demandas da Auditoria Interna, TCU, Ministério Público e Delegacia de Polícia Federal.

Desempenho do Serviço de Saneamento Ambiental

O Serviço de Saneamento Ambiental - SACQA/SESAM, no exercício de 2016 realizou ações de Apoio ao Controle de Qualidade de Água em 56 (cinquenta e seis) municípios, contemplando 147 Comunidades Especiais.

As atividades desenvolvidas foram:

- Apoio ao Controle de Qualidade de Água junto aos Municípios do Estado do Maranhão;
- Capacitação, apoio laboratorial, orientações técnicas e levantamentos situacionais.
- Apoio técnico laboratorial à SEMA (Secretaria de Estado de meio Ambiente e Recursos Naturais) em atendimento ao Termo de Cooperação Técnica nº 1/2015 firmado com a

Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão visando a cooperação nas implementações da Rede Estadual de Monitoramento e Controle da qualidade das águas superficiais-REMCAS.

- Participação efetiva nos Comitês Estadual e Municipal de Combate à Dengue.

Como ponto negativo destacou-se a demora na disponibilidade de recursos financeiros para aquisição de insumos o que comprometeu a execução das ações, enquanto que, como ponto positivo de grande importância para a gestão, ressalta-se a participação do SACQA/SESAM no Comitê Municipal de Combate à Dengue, onde após realização do Levantamento de Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* - LIRA, constatou-se que o maior número de focos identificados se localizava em reservatórios domiciliares de água, em função disso foram capacitados Agentes de Endemias e Agentes Comunitários de Saúde para a implantação de um projeto piloto para realização de desinfecção e monitoramento da qualidade da água nesses referidos reservatórios tendo como foco o monitoramento do CRL

A Coordenação deste projeto bem como a capacitação dos Agentes de Endemias e dos Agentes Comunitários de saúde foram desenvolvidas por meio de parcerias entre SACQA/SESAM, a Companhia de Saneamento Ambiental CAEMA, a SES-MA/SUVISA-VSA, SEMUS/SVES, DSEI-MA.

Ação: 20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano

Tabela 6. Nº de municípios com amostras de água analisadas

Meta programada pela SUEST para 2016	Nº de municípios com esta ação realizada em 2016	% Executado
43	55	128 %

Tabela 7. Nº de municípios com técnicos capacitados em CQA

Meta programada pela SUEST para 2016	Nº de municípios com esta ação realizada em 2016	% Executado
01	01	100 %

Tabela 8 . Nº de comunidades especiais ou rurais visitadas para coleta de amostras de água e análises laboratoriais em CQA

Meta programada pela SUEST para 2016	Nº de municípios com esta ação realizada em 2016	% Executado
100	147	147 %

Tabela 9. Resumo das ações em municípios e em comunidades especiais ou rurais

MUNICÍPIO	COMUNIDADE ESPECIAL OU RURAL	POP.	AÇÕES*					
			C	AP	OT	AV	LS I)	LS II)
Rosário	Sede	23.258		x	x		x	
Axixá	Sede	4.705		x	x		x	
Nina Rodrigues	Sede	4.432		x	x		x	
Vargem Grande	Sede	26.687		x	x		x	
Chapadinha	Sede	52.814		x	x		x	
Anapurus	Sede	7.158		x	x		x	
Mata Roma	Sede	7.120		x	x	x	x	
Apicum-Açú	Sede	9.162		x	x	x	x	
Bacuri	Sede	8.692		x	x	x	x	
Turiaçú	Sede	10.922		x	x	x	x	
Turilândia	Sede	10.353		x	x	x	x	
Serrano	Sede	4.222		x	x	x	x	
Bacurituba	16 localidades	3.875		x	x			x
São L. G. do MA	22 localidades	12.260		x	x			x
Alto A. do Pindaré	Sede	9.834		x	x		x	
Pindaré Mirim	Sede	22.402		x	x		x	
Tufilândia	Sede	2.746		x	x		x	
Bela Vista Maranhão	Sede	5.167		x	x		x	
Bom Jardim	Sede	16.439		x	x		x	
Monção	Sede	11.753		x	x		x	
Igarapé do Meio	Sede	6.203		x	x		x	
Lima Campos	06 Localidades	4.630		x	x			x
Gonçalves Dias	Sede	7.778		x	x	X	x	
Santa Filomena	Sede	2.293		x	x	x	x	
Paulino Neves	Sede	4.651		x	x	x	x	
São Bernardo	Sede	11.800		x	x	x	x	
São B. do Rio Preto	Sede	11.049		x	x		x	
Mata Roma	Sede	7.120		x	x		x	
Imperatriz	Sede	234.671		x	x		x	
Carolina	Sede	16.240		x	x		x	
Riachão	Sede	10.210		x	x		x	
Formosa da S. Negra	Sede	5.915		x	x	x	x	
F. dos Nogueira	Sede	7.019		x	x	x	x	
Sambaíba	Sede	2.293		x	x	x	x	
São Felix de Balsas	Sede	1.627		x	x	x	x	
Anajatuba	Sede	7.018		x	x		x	
Bacabal	Sede	77.836		x	x	x	x	
Alcântara	44 Localidades	15.452		x	x			x
São V. de Férrer	Sede	5.445		x	x	x	x	
Cajari	Sede	4.285		x	x	x	x	
Vitória do Mearim	Sede e 2 localidades	14.818		x	x		x	x
Codó	Sede e 19 localidades	37.029		x	x	x	x	x
Timbiras	Sede	17.471		x	x		x	
Pedro do Rosário	13 localidades	5.893		x	x			x
Central	Sede e 18 localidades	3.813		x	x		x	x
Lago da Pedra	Sede	30.109		x	x		x	
Altamira	Sede	3.141		x	x		x	
Brejo de Areia	Sede	2.853		x	x		x	
Guimarães	Sede e 13 localidades	5.176		x	x		x	x
Mirinzal	14 localidades	5.182		x	x			x
Zé Doca	Sede e 7 localidades	30.856		x	x		x	x
Itaipava do Grajaú	Sede	4.243		x	x	x	x	
Jenipapo dos Vieiras	Sede	2.536		x	x	x	x	
Alto Alegue	Sede	19.374		x	x		x	
Buriti	Sede	8.417		x	x		x	
São Luis		955.600	x					

Legenda: C: Capacitação; AP: Apoio Laboratorial; OT: Orientações Técnicas; AV: Apoio Vigilância; LS: Levantamento Situacional. - **Consórcio:** forma de acompanhamento do convênio (TC/PAC I); - **Levantamento Situacional (I):** diagnóstico da

situação dos sistemas de abastecimento de água autônomos em municípios. -**Levantamento Situacional (II):** diagnóstico da situação das soluções alternativas coletivas de abastecimento de água em comunidades rurais e especiais

- **LOCALIDADES ATENDIDAS NOS MUNICÍPIOS MENCIONADOS NA TABELA 9.**

Bacurituba: Chapada do Boqueirão, Furo da Mangueira, Moizinho, Jacaré, São Cristovão, Santa Maria I e II, Serejo, Jaguarema, São Miguel, Chapada dos Barros, Intrilha I e II, Beira Cosa, Tucum, Ilha do Carmo.

São Luís Gonzaga do Maranhão: Morada Nova dos Deusdeth, Faz, Conceição, Potó Velho, B. V. dos Freitas, Potozinho, Pedrinha, Olho D'Água dos Grilos, Monte Alegre, Centro Velho, Montevideo, Santa Rita, Santa Cruz, Vale Verde, Monte Cristo, Promissão Velha, Mata Burro, Cohab, São Pedro, Santana, Boa Esperança, Santarém.

Lima Campos: São Francisco, Bom Jesus dos Pretos, Bode, São Domingos, Morada Nova, Santo Antônio dos Sardinhas

Alcântara: Cajueiro, Novo Marudá, Pepital, Perú, Rio Grande, Vista Alegre, Terra Mole, Corre Fresco, Codó, Bom Jardim, São Francisco, Vai com Deus, Engenho, Forquilha, Flórida, Santana de Caboclo, Perizinho, , Bacurijuba, Esperança, Itapuáva, Ilha de Itapuáva, Janã, Ladeira, Iririzal, Samucangáua. Ilha do Cajual, Oitiua, Porto Novo, Cujupe, Itapuava, Coceiçãozinha, Porto do Boi, Jacruá, Iguaíba, Santa Rita I, Curuçã. Tijuca, Jacaré I, Jacaré II, Coratatiua, Vila Nova, Janã, Oitiua,

Codó: Sto Antonio dos Pretos, Matões dos Moreiras, Boa Esperança, Barro Vermelho, Sto Expedito, Eiras I, Eiras II, Bom Jesus, Mocarongo, Jipual I, Jipual II, Nova Vida, Monte Cristo, Coro Cacimbão, Boqueirão, Mancal, S. Benedito, Puraqué, Sta Joana

Pedro do Rosário: Boa Fé, Rua Nova, Alto Bonito, Imbiral, Nova Dutra, Rio das Lages, Bananal, Pedreiras I, Fala Só, Umbizal, Rio dos Peixes, Avineira, Onça

Central: Monte Claro, Aracá, Angelim, Monte Cristo, Taquiri, Ledo, Bela Vista, São José do Lugar, Boa Vista, Mussum, Roçado Novo, São Sebastião, São Miguel, Baixo Seco, Santa Rosa, Caminho Grande, S. João.

Guimarães: Baiacú, Monte Alegre, Itapecurú, S. Jose dos Pretos, Macajubal, Porto Cabeceiras, Sta. Rita, Ceará, Gepuba, Sta Luzia, Damásio, Genipauba.

Mirinzal: Colônia, Flexal, Rumo, Gurutiu, Deserto, Capinzal, Santa Joana, Santiago, Maxixe, Paraiso, Santa Rosa, Retiro, Santana, Estiva

Zé Doca: Boa Esperança I, Josías, Vila Nova, Ebenézer, Igarapé Grande, Núcleo I, Nucleo II.

Vitória do Mearim: Livramento, Sumaúma

Tabela 10. Resumo dos Dados do Apoio Laboratorial

Município	Amostras Coletadas	Amostras Analisadas	Análises físico-químicas realizadas	Análises microbiológicas realizadas	Análises hidrobiológicas realizadas	TOTAL
Nina Rodrigues	06	06	54	06	0	60
Vargem Grande	04	04	36	04	0	40
Chapadinha	04	04	36	04	0	40
Anapurus	04	04	36	04	0	40
Mata Roma	06	06	54	06	0	60
Apicum-Açú	21	21	231	20	0	251
Bacuri	11	11	30	16	0	46
Turialva	21	21	70	28	0	98
Turilândia	02	02	10	02	0	12
Serrano	02	02	10	02	0	12
Bacurituba	69	69	380	100	0	480
Alto A do Pindaré	08	08	60	08	0	68
Pindaré Mirim	04	04	30	04	0	34
Tufilândia	04	04	30	04	0	34
Bela Vista Maranhão	02	02	15	04	0	19
Bom jardim	11	11	75	12	0	87
Monção	05	05	45	04	0	49
Igarapé do meio	02	02	15	02	0	17
Lima Campos	07	07	15	12	0	27
Gonçalves Dias	11	11	30	18	0	48
Santa Filomena	14	14	45	22	0	67
Paulino Neves	09	09	28	14	0	42
São Bernardo	09	09	28	14	0	42
São B. do Rio Preto	12	12	28	20	0	48
Mata Roma	21	21	140	22	0	162
Imperatriz	02	02	20	02	0	22
Carolina	12	12	60	18	0	78
Riachão	08	08	40	12	0	52
Formosa da S.Negra	19	19	100	28	0	128
F.dos Nogueira	22	22	160	28	0	188
Sambaíba	10	10	60	14	0	74
São Felix de Balsas	06	06	40	08	0	48
Anajatuba	20	20	144	28	0	144
Bacabal	23	23	78	34	0	112
Axixá	10	10	46	16	0	62
São V. de Férrer	10	10	30	14	0	44
Cajari	11	11	50	12	0	62
Vitória do Mearim	19	19	50	28	0	78
Lago da Pedra	17	17	84	22	0	106
Altamira	16	16	98	18	0	116
Brejo de Areia	13	13	84	14	0	98
Guimarães	47	47	208	62	0	270
Central	67	67	400	94	0	494
Zé Doca	71	71	420	100	0	520
Itaipava do Grajaú	13	13	60	20	0	80
Jenipapo dos Vieira	12	12	60	18	0	78
Alto Alegre	24	24	160	32	0	192
Buriti	23	23	160	30	0	190
Rosário	178	178	960	260	0	1248
Alcântara	81	81	596	98	0	694
Codó	63	63	420	84	0	504
Pedro do Rosário	26	26	260	26	0	286
Mirinzal	42	42	195	54	0	249
Timbiras	10	10	60	14	0	74
São Luis Gonzaga	50	50	400	60	0	460
	1194	1194	7.034	1.600	0	8.634

Observação: 1. os exames de CRL, metais pesados e orgânicos fazem parte dos exames físico-uimicos

Tabela 11. Nº de análises de água em Comunidades Especiais ou Rurais

Meta programada pela SUEST para 2016	Nº de análises realizadas em 2016	% Executado
3000	3.825	127 %

Resumo dos Dados do Apoio Laboratorial em Comunidades

Comun. Esp. ou Rural	Amostras Coletadas	Amostras Analisadas	Análises físico-químicas realizadas	Aanálises microbiológicas realizadas	Análises hidrobiológicas realizadas	Nº Total de Análises Realizadas
147	485	486	3.167	654	0	3.825

Obs. 1. os exames de CRL, metais pesados e orgânicos fazem parte dos exames físico-químicos.

Tabela 12. Caracterização da Comunidade Especial ou Rural atendida

Caracterização da comunidade especial ou rural	Nome da(s) comunidade(s) atendida(s)	Quant.
Rem. Quilombos	Cajueiro, Novo Marudá, Pepital, Perú, Rio Grande, Terra Mole, Codó, Engenho, Forquilha, Perizinho, Ilha de Itapuáva, Janã, Ladeira, Samucangáua, Oitiua, Cujupe 1, Cujupe 2, Iguaíba, Vista Alegre, Morada Nova dos Deusdeth, Potó Velho, Potozinho, Pedrinha, Olho D'Água dos Grilos, Monte Alegre, Montevidel, Santa Rita, Santa Cruz, Vale Verde, Monte Cristo, Promissão Velha, Mata Burro, Cohab, Santarém, São Francisco, Bom Jesus dos Pretos, Bode, São Domingos, Morada Nova, Santo Antônio dos Sardinhas, Chapada do Boqueirão, Furo da Mangueira, Moizinho, Jacaré, São Cristovão, Santa Maria I e II, Jaguarema, São Miguel, Chapada dos Barros, Intrilha I e II, Beira Cosa, Tucum, Ilha do Carmo. Tijucá, Jacaré I, Jacaré II, Coratativa, Vila Nova, Livramento, Sumaúma, Sto Antonio dos Pretos, Matões dos Moreiras, Boa Esperança, Barro Vermelho, Sto Expedito, Eiras I, Eiras II, Bom Jesus, Rocorongo, Cipual, Cipual II, Nova Vida, Monte Cristo, Coro Cacimbão, Boqueirão, Mancal, S. Benedito, Puraqué, Sta Joana, Boa Fé, Rua Nova, Alto Bonito, Imbiral, Nova Duta, Rio das Lages, Bananal, Pedreiras I, Fala Só, Umbizal, Rio dos Peixes, Avineira, Onça, Baiacu, M. Alegre, Itapearu, S. Jose dos Pretos, Macajuba, Porto Cabeceiras, Sta. Rita, Ceará, Gepuba, Sta Luzia, Damásio, Genipauba, Colônia, Flexal, Rumo, Gurutiu, Deserto, Capinzal, Sta Joana, Santiago, Maxixe, Paraiso, Sta Rosa, Retiro, Santana, Estiva, Boa Esperança I, Josías, Vila Nova, Ebenézer, Igarapé Grande, Núcleo I, Nucleo II, Npva Dutra, Rio dos Peixes, Tijuca, Jacaré I, Jacaré II, Caratatiua, Vila Nova, Chapada do Boqueirão, Furo da Mangueira, Moizinho, Jacaré, São Cristovão, Santa Maria I, Santa Maria II, Jaguarema, São Miguel, Chapada dos Barros, Intrilha I, Intrilha II, Beira Costa, Tucúm, Ilha do Carmo, Monte Carmo, Araçá, Angelim, Monte Cristo, Taquirí, Ledo, Bela Vista, São José do Lugar, Boa Vista, Mussuan, Morada Nova, São Sebastião, São Miguel, Baixo Seco, Santa Rosa, Caminho Grande, São João.	147
Ribeirinhas		-
Assentamento da R. Agrária		-
Res. Extrativistas		-
Comunidades rurais		-
Total	147	

Tabela 13- Resumo das Capacitações Realizadas pela SACQA/SESAM

Tipo de Evento - Palestra ou Capacitação	Nome do evento	Público Alvo	Nº de pessoas Capacitadas	Local	Período de realização
Capacitação	Curso sobre o uso do Cloro no combate ao Aedes aegypti.	Agentes de Endemias e Agentes Comunitários de Saúde	40	São Luís	07 a 11/11/2016

Tabela 14. Nº de análises de água em Municípios

Meta programada pela SUEST para 2016	Nº de análises realizadas em 2016	% Executado
8.000	8.634	108 %

Tabela 15. Ação: 6908 - Apoiar municípios com ações de Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental/Ações desenvolvidas em 2016.

DESCRIÇÃO DA META	UND. MEDIDA	PREV.	REALIZADO	% ATING.
Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.	Município apoiado	*13	11	84,61
Realizar análise e elaboração de pareceres dos produtos dos PMSB/Convênio/Funasa, conforme Termo de Referência.	Produto Analisado	05	05	100
Acompanhar, orientar, analisar os produtos elaborados pela UFF/RJ, em atendimento ao Termo de Execução Descentralizada – TED, firmado com a Funasa, para 118 municípios maranhenses.	Produto Analisado	0	04	400
Acompanhar e avaliar as ações de continuidade pactuadas durante os Seminários de Saneamento e Saúde Ambiental, realizados junto aos gestores municipais e comunidades quilombolas e assentamentos. (Sesam/Urcqa/Saduc).	Município trabalhado	04	03	75
Realizar diagnóstico situacional em 05 comunidades quilombolas da Ilha Cajual do município de Alcântara. Sesam/Saduc/ Urcqa/Funasa.	Município trabalhado	0	01	100
Promover junto aos gestores municipais Seminários de Saneamento e Saúde Ambiental em 05 comunidades quilombolas e assentamentos.	Município trabalhado	07	01	14,28
Orientar os municípios conveniados com a Funasa, nos Projetos de Fomento com ações de Educação em Saúde Ambiental/	Município apoiado	04	06	150
Realizar ações Educativas em parceria com o município de São Luís, na Campanha de Combate e Controle da Dengue (Reuniões de planejamento e passeata)	Ação Realizada	0	05	500
Realizar ações Educativas na Campanha Funasa Sem Mosquito/ Mutirão Nacional de Combate a Dengue (Reunião/palestra/distribuição de folders e cartilhas e visitas aos prédios da Funasa)	Ação Realizada	0	08	800

* Inicialmente, eram 13 convênios, mas 2 foram cancelados. Fonte: MS Projet – Planejamento Anual/ Técnicos da Sauc/Sesam/Suest/MA.

Análise Crítica: Cumprimento das metas:

As metas não foram 100% alcançadas, em função da falta de recurso financeiro. Entretanto, os técnicos da Saduc desenvolveram outras ações que não estavam previstas no planejamento interno.

Eventuais problemas de execução:

A distribuição (divisão) e envio de recursos financeiros dificultaram um pouco o processo de execução das ações educativas/Saduc. Pois a maior parte de recurso financeiro só foi disponibilizado no final do 2º semestre, o que coincidiu com outro fato relevante para o não cumprimento das metas previstas, a campanha e eleição para prefeito municipal.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Vale ressaltar o empenho da Equipe ao realizar as ações internas e externas em parcerias com outros atores sociais e institucionais que não estavam previstas na programação de 2016. A superação significativa, deu-se em função da atuação da Equipe da Saduc no próprio município e na sede;

As ações previstas na campanha da Dengue, evidenciando também, a Zica e Chikungunya, junto às comunidades quilombolas e assentamentos, foram viabilizadas no decorrer dos Seminários de Saneamento e Saúde Ambiental nas 5 comunidades trabalhadas em Codó e nas ações de continuidade (avaliação), nas 20 comunidades - nos municípios contemplados com esta ação (conforme quadro acima).

Foram realizadas ainda, no decorrer do ano de 2016, no período de janeiro a dezembro, reuniões técnicas e encontros com os gestores e técnicos municipais, lideranças comunitárias para realização dos planejamentos participativos, diagnóstico situacional nas comunidades tradicionais (quilombolas) e avaliações das ações realizadas em 2015.

Na sequência e em cumprimento à programação anual da Seção de Educação em Saúde Ambiental, foram realizados os Seminários em Saneamento e Saúde Ambiental, nas comunidades descendentes de quilombolas e assentamentos, no município de Códó, conforme pactuado em 2015, no planejamento participativo. O objetivo foi de Promover Ações Educativas em Saneamento Ambiental e Saúde, abordando as boas práticas de saneamento e higiene, com vistas à promoção da saúde, à prevenção das doenças de veiculação hídrica, sobretudo, as verminoses, a Dengue, Zica e Chikungunya, com destaque a água de boa qualidade, a utilização racional e adequada da água, possibilitando assim uma ação social eficaz e eficiente às populações beneficiadas com esta ação.

As atividades foram realizadas por técnicos do Sesam (Urcqa/Saduc) e secretarias municipais dos respectivos municípios. Vale ressaltar que a equipe da Urcqa desenvolveu os trabalhos de coleta e análise de todos os sistemas de abastecimentos de água, das comunidades trabalhadas, para subsidiar e suscitar ações locais no sentido da prevenção e promoção da saúde.

Outra ação de destaque na Saduc, foi a participação das técnicas de Educação em Saúde Ambiental, que compõem o Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica, no processo de acompanhamento das atividades realizadas nos convênios de Planos Municipais de Saneamento Básico, firmados com 13 prefeituras e no Termo de Execução Descentralizada, firmado com a Universidade Federal Fluminense/UFF, beneficiando 118 municípios e os trabalhos pertinentes às ações do Fomento de Ações de Educação em Saúde Ambiental, beneficiando 6 municípios maranhenses. Sendo que em quatro municípios, com ações de acompanhamento da execução dos mesmos e os outros dois (2016), com análise de propostas enviadas pelo proponente.

A relação dos municípios e comunidades trabalhados está descrita, de acordo com a ação, nas tabelas abaixo:

Tabela 15 - Atuação em comunidades tradicionais em situações de vulnerabilidade em conjunto com os gestores municipais:

Caracterização da comunidade	Nome da(s) comunidade(s) atendida(s)	Município	Ação Realizada
Quilombolas/Assentamentos	Morada Nova dos Desdete	São Luís Gonzaga do Maranhão	➤ Avaliação e acompanhamento das ações de continuidade pactuadas durante os seminários de Saneamento e Saúde Ambiental, realizados junto aos gestores e comunidades.
	Fazenda Conceição		
	Potó Velho		
	Boa Vista dos Freitas		
	Potozinho		
	Pedrinhas/Centro dos Rodrigues		
	Olho D'água dos Grilos		
	Monte Alegre		
	Centro Velho/Sete Litros		
	Montivideu		
	Santa Rita/Epifânio		
	Santa Cruz		
	Vale Verde/Sto. Antônio do Costa		
	Monte Cristo/Fazenda Velha		
	Promissão Velha		
	Mata Burro/Santo dos Vieiras		
	Quilombolas		
São Francisco			
Bode			
São Domingos			
Morada Nova			
Supapinho			
Santa Maria dos Magalhães			
Santo Antônio dos Sardinhas			
Olinda			
Nova Cruz			
Queto			
Quilombolas/Assentamentos	São Bento	Cedral	➤ Avaliação e acompanhamento das ações de continuidade pactuadas durante os seminários de Saneamento e Saúde Ambiental, realizados junto aos gestores e comunidades.
	Retiro		
	Santaninha		
	Santo Antônio		
	Mata		
	Engole		
	Itajuba		
	Monte Carmo		
	Guarimandiua		
	Barreirão		
Pericaú			
Caracterização da comunidade	Nome da(s) comunidade(s) atendida(s)	Município	Ação Realizada
Quilombolas	Ilha Cajual	Alcântara	➤ Reunião intrainstitucional ➤ Planejamento participativo; ➤ Realização do Diagnóstico Situacional; ➤ Definição de agenda de trabalho para realização de ações visando melhorias e promoção da saúde das populações da Ilha
	Tijuca		
	Vila Nova		
	Caratáfua		
	Jacaré		
	Campiaçú		

Quilombolas/Assentamentos	Boa Esperança	Codó	➤ Realização dos 5 Seminários em Saneamento e Saúde Ambiental, contemplando as 15 comunidades, totalizando 375 pessoas
	Barro Vermelho		
	Bom Jesus/Santa Maria		
	Boqueirão		
	Centro do Expedito		
	Eira I, II, II		
	Mancal		
	Matões dos Moreiras		
	Monte Cristo		
	Mocorango		
	Poroquer		
	São Benedito dos Colocados		
	Santa Joana		
	Santo Antonio dos Pretos		
	Vila Nova		

Atuação das técnicas do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica: PMSB

Visita técnica de acompanhamento das ações na elaboração do PMSB, no município de São João do Sóter com os gestores locais, reunião com os comitês de Coordenação e Executivo para discussão e ajustes dos produtos executados, sobretudo, os produtos C – Diagnóstico Técnico Participativo e D- Prognóstico;

Participação nas reuniões do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica, na Sede da Suest/MA/Funasa, visando o acompanhamento das ações, análise de produtos, elaboração de pareceres e registros, na sede da Funasa, de documentos relacionados aos convênios de PMSB e TED – PMSB, beneficiando 118 municípios;

Participação na reunião com a parceira UFF/Niterói/RJ, em São Luís/MA, para apresentação e discussão de etapas do processo de execução das ações e produtos pactuados no Termo de Execução Descentralizada, nº 01/2014.

Destaca-se ainda, participação em Reunião técnica relacionada aos PMSB/TED, com técnicos da CGCOT/Desam e Suest do ES e MA, em Brasília/DF, no período de 10 a 14.01.2016; 46ª Assembleia Nacional da ASSEMAE: Saneamento Básico, um direito de todos, realizada em Jaraguá do Sul/ SC, no período de 16 a 19.05.2016; Oficinas, reuniões públicas realizadas nos municípios de Ecoporanga e Santa Leopoldina/ES, no acompanhamento de ações do processo de elaboração do PMSB, realizadas pela Universidade Federal Fluminense/UFF/Niterói/RJ, através do TED firmado com a Suet/ES/Funasa, período de 14 a 20.08.2016; IV Seminário de Saúde Ambiental da Funasa - Saúde Ambiental: territórios saudáveis e sustentáveis, no período de 25 a 26.09.2016; 1ª Oficina do Programa Nacional de Saneamento Rural – Etapa Nacional, promovida pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a Funasa, no período de 12 a 14.12.2016, com objetivo de planejar o desenvolvimento de ações de saneamento em áreas rurais; II Encontro de Consórcios Públicos Multifinalitários do Maranhão: Consolidando as Políticas de Estado do Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos na conjuntura Territorial, em São Luís/MA, no período de 08 a 09.06.2016; WORKSHOP voltado para parcerias em PMSB, no período de 22 a 24.11.2016, em Brasília/DF.

Reuniões técnicas, junto aos profissionais de saúde do município e entidades locais para discussão e definição de estratégias para a campanha de combate e controle da Dengue, no município de São Luís;

Reuniões técnicas, no Sesam, para discussão e definição de estratégias para a campanha de combate e controle da Dengue, deflagrada pela Ministro da Saúde e apoiada pelo presidente da Funasa. O Serviço de Saúde Ambiental, através dos técnicos da Saduc e Urcqa tem desenvolvido ações de reforço ao combate e controle da Dengue, principalmente, nas sextas feira, sobretudo, na sede - prédios da Funasa e nas áreas circunvizinhas, com palestra aos servidores sobre

o tema e distribuição de folders e cartilhas ao redor dos prédios, além de já ser um assunto de grande relevância, trabalhado durante os Seminários de Saneamento e Saúde Ambiental, realizados junto aos gestores locais e comunidades tradicionais (quilombolas, assentamentos).

As ações de Educação em Saúde Ambiental foram de grande valia, principalmente às ações que chegaram diretamente as comunidades rurais, pois são as que mais necessitam de melhorias e assistência. Durante os seminários, as pessoas eram sensibilizadas e despertadas para seus problemas reais e na ocasião, de forma coletiva, começavam se organizar para busca de alternativas e/ou soluções aos problemas identificados com relação ao saneamento, saúde e meio ambiente.

Destaca-se também, o fortalecimento das parcerias com os gestores municipais, segmentos sociais e comunidades, no decorrer dos trabalhos. Entretanto, observa-se a falta de cumprimento de ações pactuadas conjuntamente, por parte dos gestores locais. No que diz respeito às ações do Serviço de Saúde Ambiental tem sido demandado esforços junto aos municípios e às comunidades rurais com ações de saneamento e saúde ambiental, sobretudo às ações educativas e de apoio ao controle de qualidade da água, a fim de buscar soluções para a melhoria de vida, promovendo a saúde pública e a inclusão social, contribuindo para o cumprimento da missão Funasa.

No decorrer do ano de 2016, surgiram algumas dificuldades, que impediram o atingimento das metas planejadas para o ano, dentre elas, o atraso no envio dos recursos à Seção de Educação em Saúde, demanda extraprogramação e ano de eleição para prefeito municipal.

2.3. Desempenho Orçamentário

As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2016 – 2019, portanto os itens referentes a Programas, Objetivos e Ações **NÃO SE APLICA A ESTA UPC**

2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária

As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2016 – 2019, portanto os itens referentes a Programas, Objetivos e Ações **NÃO SE APLICA A ESTA UPC**.

2.3.2. Fatores Intervenientes no desempenho orçamentário

Quanto ao desempenho orçamentário descentralizado para esta SUEST-MA, não houveram fatores intervenientes significativos, exceto quanto à morosidade na conclusão de alguns processos licitatórios, que, apesar de influenciarem no desempenho orçamentário, as causas encontram-se vinculadas, principalmente, à carência de Recursos Humanos.

Ressalta-se que, o desempenho orçamentário do qual trata-se neste tópico, é apenas o que se dá em nível local para garantir as ações realizadas na ponta, sendo que, conforme dito no item anterior, não existe uma vinculação direta entre esta Unidade e o previsto no PPA 2016/2019, cuja demonstração dos resultados será apresentada pela Presidência desta Fundação.

2.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.3.3.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos

A prerrogativa para a celebração de instrumentos de repasse, assim como, também, a autorização para a transferência de recursos financeiros é exclusivamente da Presidência da FUNASA, cabendo às Superintendências Estaduais os atos subsequentes à celebração, tais como, controle de vigência, acompanhamento de execução dos respectivos objetos, etc, portanto este item **NÃO SE APLICA A ESTA UPC**

2.3.3.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores

Quadro 2 – Prestação de Contas sobre transferências concedidas

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:: Fundação Nacional de Saúde - Presidência					
CNPJ: 26.989.350/0001-16			UG/GESTÃO: 255000/36211		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Compromisso
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	12		29
		Montante Repassado	4.513.750,00		32.040.303,19
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	17		21
		Montante Repassado	6.747.074,84		14.848.364,10
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	10		43
		Montante Repassado	1.263.448,82		18.148.465,33

Fonte: SIAFI

2.3.3.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Quadro 3. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão - 2016

Unidade Concedente ou Contratante: UG/GESTÃO: 255000/36211				
Nome: Fundação Nacional de Saúde - Presidência				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos repasse de	Termo de Compromisso de
Contas analisadas	Quantidade aprovada	59	-	24
	Quantidade reprovada	41	-	29
	Quantidade de TCE instauradas	28		20
	Montante repassado (R\$)	9.978.634,55	-	10.659.517,20
Contas NÃO analisadas	Quantidade	07	-	19
	Montante repassado (R\$)	3.350.000,00	-	21.017.070,99
Fonte: SIAFI				

2.3.3.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das Contas Prestadas

Prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios.

Quadro 4.– Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNASA/PRESIDENCIA					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	01	01	03	01
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	03	04	13
Total		01	04	07	14

Análise crítica:

Em relação às Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplentes estão sendo feitos todos os esforços para a adoção das medidas, com relação às inadimplências dos convênios, ou seja, os responsáveis são notificados com a finalidade de regularizarem as pendências, findo o prazo legal estipulado, os processos são encaminhados para a área técnica, para emissão dos pareceres técnicos competente, retornando, o

Serviço de Convênios (SOPRE), que elabora os pareceres financeiros de não aprovação (omissão no dever de prestar contas) e os processos são encaminhados para instauração de tomada de contas especial.

Quanto às razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios em razão das propostas serem apresentadas nos sistemas informatizados (SIGA, SICONV), pelos interessados, tanto as análises quanto as seleções das propostas são realizadas pelo nível central tomando por base os critérios definidos em lei e somente após a celebração dos instrumentos é que os mesmos são encaminhados para o nível regional. Dessa forma a análise acerca de oscilações de quantidade e volume de recursos somente poderá ser descrita pela área de Convênios da Presidência.

No que se refere às análises do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios os mesmos não estão sendo cumpridos regularmente por motivos distintos e recorrentes, quais sejam: Falta de pessoal qualificado para as análises financeiras, considerando que as prestações de contas são analisadas de forma arcaica por via de emissão de pareceres financeiros no world, posto que existe ainda muitos passivos que não estão inseridos no SICONV; também para que as prestações de contas sejam analisadas financeiramente dependem de pareceres técnicos emitidos à cargo da Divisão de Engenharia de Saúde Pública, a qual também padece de uma carência crônica e grave relacionada à falta de pessoal para supervisão física, dada a quantidade de processos para emissão de parecer técnico, cujas dificuldades se refletem nas análises financeiras.

No tocante à demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto, entende-se que houve uma evolução considerável o que se pode atribuir ao empenho dos servidores envolvidos, mesmo com carência de pessoal porém com a contribuição de um analista de prestação de contas de contrato temporário, bem como de dois servidores que foram alocados para o SOPRE, as análises estão ocorrendo com mais rapidez.

Para uma melhor compreensão acerca da situação, apresenta-se a seguir, planilha contendo informações relevantes sobre análise, aprovação e/ou reprovação de contas durante o exercício de 2016.

Tabela 15. Demonstrativo - Relação das contas aprovadas com ressalvas no exercício (2016)

PARECER	SIAFI	Nº DO CONVÊNIO	ENTE CONVENIADO	VALOR REPASSADO	VALOR APROVADO	VALOR PENDENTE
4	489823	EP 1103/2003	BALSAS	547.576,71	547.576,71	0
5	525191	EP.1486/2004	LUIS DOMINGUES	98.927,65	32,88	1.265,85
14	671634	TC/PAC 0101/12	AMARANTE DO MA	249.999,93	249.999,93	-
16	443507	1354/2001	viana	1.000.000,00	1.000.000,00	-
18	562192	1435/06	BREJO	589.000,00	589.000,00	-
20	645640	TC/PAC 0830/08	LAGOA DO MATO	533.566,18	548.840,07	4.726,00
22	593177	CV 0774/06	MARACAÇUMÉ	162.000,00	162.000,00	-
28	442776	CV 2985/01	PIRAPEMAS	120.000,00	118.346,51	10.609,75
31	678767	TC/PAC-1002/13	SÃO RDO MANGABEIRA	650.000,00	650.000,00	R\$ 0,00
36	658251	TC/PAC 0258/09	DAVINOPOLIS	360.000,00	25.420,37	R\$ 360.000,00
39	640453	TC/PAC 0843/08	SANTA LUZIA PARUA	1.260.000,00	822.155,93	437.844,07
44	593281	CV 1837/06	D. PEDRO	576.000,00	450.846,16	125.153,84

53	626566	EP 0745/07	GRAJAU	300.000,00	278.458,99	21.541,01
58	626370	EP. 1041/2007	MAGALHÃES ALMEIDA	500.000,00	500.000,00	0,00
62	527704	CV 1807/2004	ICATU	79.999,69	61.546,44	4.329,56
67	555172	CV 0930/05	BREJO	140.000,00	130.039,44	9.960,56
71	669569	TC/PAC 0728/11	SÃO LUIS GONZAGA	1.016.873,38	289.457,46	752.182,43
74	416666	cv 0628/00	ITAIPAVA DO GRAJAU	73.571,20	73.571,20	0,00
77	589936	CV 2920/06	GRAJAÚ	816.547,65	572.789,24	249.981,40
78	640405	CV 0828/08	BREJO	1.666.800,00	1.501.645,97	165.154,03
79	650982	EP. 0610/08	Guimarães	500.000,00	500.000,00	0,00
81	640470	TC/PAC 0865/08	PRIMEIRA CRUZ	1.350.000,00	1.312.460,37	104.877,31
82	477090	CV 1672/02	PERI-MIRM	149.000,00	118.307,22	30.692,78
83	589935	CV 2921/06	GRAJAÚ	648.148,15	354.767,14	300.731,70
87	639005	EP 1068/2007	MILAGRES DO MA	100.000,00	40.000,00	60.000,00
88	650986	EP 0117/2008	SANTA FILOMENA MA	300.00,00	R\$ 309.927,23	0,00
89	650052	TC PAC 0885/08	SITIO NOVO	399.000,00	301.829,36	93.425,84
95	555244	CV 0295/2005	MATA ROMA	56.000,00	50.895,38	5.104,62
96	666636	TC/PAC 0356/10	GRAJAU	1.190.000,00	850.000,00	340.000,00
97	531260	EP 1800/2004	ALTAMIRA DO MARANHÃO	191.999,99	129.205,57	61.102,24
98	557411	EP 1981/2005	BREJO	630.000,00	630.000,00	0,00
100	562194	EP 1439/06	BREJO	1.834.078,91	1.195.626,78	638.452,13
105	669559	TC/PAC 0522/11	BELÁGUA	500.000,00	158.852,07	346.328,11
109	669560	TC/PAC 0535/11	ICATU	500.000,00	256.750,00	243.250,00
112	574095	CV 1619/2006	MAGALHAES ALMEIDA	270.000,00	158.463,00	111.463,00
113	640465	TC/PAC 0860/08	ITAPECURU MIRIM	117.600,00	117.600,00	0,00
114	640476	TC/PAC 0875/08	ITAPECURU MIRIM	882.000,00	738.360,00	180.558,01
115	569471	cv 1666/06	BACABEIRA	200.000,00	200.000,00	0,00
117	627736	EP 0527/07	SÃO DOMINGOS DO MA	200.000,00	193.351,01	9.200,00
118	652343	TC/PAC 0806/08	OLHO DÁGUA CUNHAS	1.206.935,35	1.197.694,15	25.564,65
121	490051	CV 0943/03	ALTAMIRA MARANHÃO	159.807,04	50.704,65	109.102,39
122	658368	TCPAC 0294/09	SANTO ANTONIO LOPES	455.000,00	349.646,62	105.353,38
134	651006	EP. 607/2008	MAGALHÃES ALMEIDA	400.000,00	168.553,45	231.714,23
				9.192.421,29	17.954.721,30	5.139.668,89

Tabela 16. Demonstrativo - Contas com aprovação parcial - Plano de Aceleração do Crescimento

Parecer	SIAFI	Nº DO CONVÊNIO	ENTE CONVENIADO	VALOR REPASSADO	VALOR APROVADO	VALOR PENDENTE	PARCELA OU REPASSE	APRO/NÃO APROV.
10	657995	PAC 0312/09	SEN. A. COSTA	790.598,00	806.899,32	8.845,29		APROV.PARTE
20	645640	PAC 0830/08	LAGOA DO MATO	533.566,18	548.840,07	4.726,00		Aprov Parc
29	670598	PAC 0737/11	PEDREIRAS	1.909.715,58	277.931,60	1.738.949,25		APROV.PARC.
39	640453	PAC 0843/08	SANTA L. PARUA	1.260.000,00	822.155,93	437.844,07		APROV. PARC.
66	648053	PAC 0854/08	FORTUNA	629.999,98	259.469,99	370.529,98	FINAL	APROV.PARCIAL
69	669569	PAC 0728/11	SÃO LUIS GONZAGA	1.016.873,38	289.457,46	752.182,43	FINAL	APROVAÇÃO PARC
74	671258	PAC 0525/11	BOM JARDIM	500.000,00	250.000,00	250.000,00	FINAL	APROV.PARCIAL
78	640470	PAC 0865/08	PRIMEIRA CRUZ	1.350.000,00	1.312.460,37	104.877,31	FINAL	APROV PARC
85	650052	PAC 0885/08	SITIO NOVO	399.000,00	301.829,36	93.425,84	FINAL	APROVA PARTE
88	652343	PAC 0806/08	OLHO DÁGUA CUNHAS	1.223.258,80	1.197.694,15	25.564,65	FINAL	APROVA PARC
90	671321	PAC 0529/11	TURIAÇU	250,00	112.600,00	137.400,00	FINAL	APROVA PARTE
92	666636	PAC 0356/10	GRAJAU	1.190.000,00	850.000,00	340.000,00	FINAL	APROVA PARTE
97	640419	PAC 0834/08	NINA RODRIGUES	421.577,96	261.731,24	159.846,72	FINAL	APROVA PARTE
101	669559	PAC 0522/11	BELÁGUA	500.000,00	158.852,07	346.328,11	FINAL	APROVA PARTE
105	7E+05	PAC 0535/11	ICATU	500.000,00	256.750,00	243.250,00	FINAL	APROVA PARTE
113	7E+05	PAC 0806/08	OLHO DÁGUA CUNHAS	1.206.935,35	1.197.694,15	25.564,65	FINAL	APROV. PARC.
117	658368	PAC 0294/09	SANTO ANTONIO LOPES	455.000,00	349.646,62	105.353,38	FINAL	APROVA PARTE
121	650056	PAC 0831/08	APRV PARC	2.200.000,00	1.097.925,27	1.102.074,73	FINAL	APROV PARC
128	669569	PAC-728/2011	SÃO LUIS GONZAGA	1.016.873,38	289.457,46	752.182,43	FINAL	APROV. PARCIAL

Tabela 17. Aprovação parcial convênios e emendas parlamentares

Parecer	SIAFI	Nº DO CONVÊNIO	ENTE CONVENIADO	VALOR REPASSADO	VALOR APROVADO	V. PENDENTE	DATA/INTERVENÇÃO	APROV/NÃO APROV.
5	525191	EP.1486/2004	LUIS DOMINGUES	98.927,65	32,88	1.265,85	08/01/2016	APROV PARC
8	590598	EP 2028.06	TIMON (cancelado)	321.440,73	263.439,70	58.001,03	18/01/2016	APROV. PARC.
9	558990	CV 2617/05	BELÁGUA	51.720,00	30.233,09	21.891,39	19/01/2016	APROV.PARTE
17	572229	EP 1419/06	ITAPECURU MIRIM	36.000,00	33.075,00	2.925,00	15/02/2016	APROV PARC
21	626320	CV 1428/07	TIMON	220.000,00	133.957,99	86.042,01	24/02/2016	APROV. PARC.
28	442776	CV 2985/01	PIRAPEMAS	120.000,00	118.346,51	10.609,75	17/03/2016	APROV. PARC.
32	732183	CV . 0011/2010	ZÉ DOCA	1.246.228,38	254.999,30	991.229,08	15/04/2016	Aprov Parcial/Ñ Aprov
42	626994	EP. 1118/2007	VIANA	80.000,00	6.050,45	73.949,55	24/06/2016	APROV. PARC. Ñ APROV
44	593281	CV 1837/06	D. PEDRO	576.000,00	450.846,16	125.153,84	09/07/2015	APROV PARC
53	626566	EP 0745/07	GRAJAU	300.000,00	278.458,99	21.541,01	28/06/2016	APROVAÇÃO PARC
64	627025	EP. 805.07	BREJO	1.000.000,00	622.792,40	379.291,77	18/07/2016	APROV. PARCIAL
61	527704	CV 1707/2004	ICATU	79.999,69	61.546,44	4.329,56	22/07/2016	APROV PARC
65	555172	CV 0930/05	BREJO	140.000,00	130.039,44	9.960,56	11/08/2016	APROV.PARCI AL
67	591624	CV 2550/06	PERITORO	300.000,00	272.521,95	27.478,05	11/08/2016	APROV PARC
74	589936	CV 2920/06	GRAJAÚ	816.547,65	572.789,24	249.981,40	19/08/2016	APROV. PARC.
75	640405	CV 0828/08	BREJO	333.360,00	333.360,00	165.154,03	25/08/2016	APROV PARC - Adimp?
84	477090	CV 1672/02	PERI-MIRM	149.000,00	118.307,22	30.692,78	01/09/2016	APROV PARC
79	589935	CV 2921/06	GRAJAÚ	648.148,15	354.767,14	300.731,70	02/09/2016	APROV. PARC.
83	639005	EP 1068/2007	MILAGRES DO MA	100.000,00	40.000,00	60.000,00	14/09/2016	APROVA PARTE 40%
91	555244	CV 0295/2005	MATA ROMA	56.000,00	50.895,38	5.104,62	29/08/2016	APROVA PARTE
93	531260	EP 1800/2004	ALTAMIRA DO MARANHÃO	191.999,99	129.205,57	61.102,24	20/10/2016	APROV PARC
96	562194	EP 1439/06	BREJO	1.834.078,91	1.195.626,78	638.452,13	26/10/2016	APRV. PARCIAL
104	619487	CV 0766/07	RAPOSA	250.000,00	6.775,58	250.000,00	11/11/2016	APROVA PARTE
112	627736	EP 0527/07	SÃO DOMINGOS DO MA	200.000,00	193.351,01	9.200,00	23/11/2016	APROV. PARC.
116	490051	CV 0943/03	ALTAMIRA MARANHÃO	159.807,04	50.704,65	109.102,39	28/11/2016	APROVA PARTE
127	651006	EP. 607/2008	MAGALHÃES ALMEIDA	400.000,00	168.553,45	231.714,23	28/12/2016	APROV PARCIAL
				9.709.258,19	5.870.676,32	3.924.903,97		

2.3.2 Informações sobre a Execução das Despesas

2.3.2.1. Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 5 - Despesas totais por modalidade de contratação

Item Informação		31 DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO) DEZ/2016	34 DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO) DEZ/2016
Modalidade Licitação NE CCor			
06	DISPENSA DE LICITACAO	279.147,32	279.147,32
07	INEXIGIVEL	276.561,40	276.561,40
08	NAO SE APLICA	543.982,41	543.747,41
09	SUPRIMENTO DE FUNDO	7.251,86	7.251,86
12	PREGAO	1.948.967,21	1.931.139,01

Quadro 6 - Restos a pagar processados e restos a pagar não processados liquidados e Não processados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				
Ano Emissão NE	Montante em 1º de Janeiro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar em 31 de Dezembro de 2016
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	96.128,52	96.128,52	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano Emissão NE	Montante em 1º de Janeiro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar em 31 de Dezembro de 2016
2011	28.424,42	0,00	28.424,42	0,00
2015	454.152,79	407.313,59	23.665,66	23.173,54

Quadro 7 - Despesas por Modalidade e natureza detalhada da despesa

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO

ANO: 2016

Modalidade Licitação NE		Grupo da Despesa		Natureza Despesa Detalhada		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
12	PREGÃO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3390.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	3.134,72	2.741,00
				3390.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	16.094,50	16.094,50
				3390.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	6.266,85	6.266,85
				3390.30.19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	7.440,00	7.440,00
				3390.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.424,00	2.424,00
				3390.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD.DE HIGIENIZAÇÃO	19.280,50	19.280,50
				3390.30.28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	326,40	326,40
				3390.37.01	APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	27.615,12	22.972,89
				3390.37.02	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	231.259,78	231.259,78
				3390.37.03	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	932.505,09	932.505,09
				3390.37.05	SERVIÇOS DE COPA E COZINHA	76.925,26	64.133,01
				3390.39.05	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	14.575,00	14.575,00
				3390.39.17	MANUT.E CONSERV.DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	94.658,38	94.658,38
				3390.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	131.123,74	131.123,74
				3390.39.79	SERV.DE APOIO ADMIN., TÉCNICO E OPERACIONAL	87.760,50	87.760,50
		3390.39.83	SERVIÇOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	33.652,80	33.652,80		
		3390.92.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	89.526,58	89.526,58		
		4	INVESTIMENTOS	4490.52.04	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	3.000,00	3.000,00
				4490.52.06	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10.499,00	10.499,00
4490.52.12	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS			147.448,99	147.448,99		
4490.52.35	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			13.450,00	13.450,00		

Quadro 7,1 Despesas por Modalidade e natureza detalhada da despesa

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO

ANO: 2016

Modalidade Licitação NE		Grupo da Despesa		Natureza Despesa Detalhada		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
08	NÃO SE APLICA	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3190.96.02	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	78.424,22	78.424,22
06	DISPENSA DE LICITAÇÃO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3390.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.092,00	2.092,00
				3390.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	920,00	920,00
				3390.30.24	MATERIAL P/MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	2.680,00	2.680,00
				3390.30.25	MATERIAL P/MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	410,00	410,00
				3390.30.26	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	5.462,48	5.462,48
				3390.30.35	MATERIAL LABORATORIAL	3.600,00	3.600,00
				3390.39.01	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	7.990,00	7.990,00
				3390.39.17	MANUT.E CONSERV.DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	400,00	400,00
				3390.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	250.113,80	250.113,80
				3391.39.90	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	5.479,04	5.479,04

07	INEXIGÍVEL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3390.33.01	PASSAGENS PARA O PAÍS	67.285,14	67.285,14
				3390.39.44	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	109.809,34	109.809,34
				3390.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	84.220,68	84.220,68
				3390.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	14.558,00	14.558,00
				3391.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	506,02	506,02
				3391.39.90	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	182,22	182,22
08	NÃO SE APLICA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3390.08.01	AUXÍLIO FUNERAL ATIVO CIVIL	31.411,79	31.411,79
				3390.08.03	AUXÍLIO FUNERAL INATIVO CIVIL	137.184,93	137.184,93
				3390.14.14	DIÁRIAS NO PAÍS	256.056,09	256.056,09
				3390.39.69	SEGUROS EM GERAL	8.196,86	8.196,86
				3390.47.22	CONTRIBUIÇÃO P/CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	31.377,52	31.377,52
				3390.93.01	INDENIZAÇÕES	1.331,00	1.096,00

Quadro 7.2. Despesas por Modalidade e natureza detalhada da despesa

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO

ANO: 2016

Modalidade Licitação NE		Grupo da Despesa	Natureza Despesa Detlhada		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
09	SUPRIMENTO DE FUNDOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3390.30.07	GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	120,00	120,00
				3390.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.340,30	2.340,30
				3390.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	708,00	708,00
				3390.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	155,50	155,50
				3390.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD.DE HIGIENIZAÇÃO	52,98	52,98
				3390.30.24	MATERIAL P/MANUT.DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	1.363,00	1.363,00
				3390.30.25	MATERIAL P/MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	685,70	685,70
				3390.39.16	MANUTENÇÃO E CONSERV. DE BENS IMÓVEIS	245,00	245,00
				3390.39.17	MANUT.E CONSERV.DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	490,00	490,00
				3390.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	100,00	100,00
				3390.39.83	SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	991,38	991,38

Quadro 8 -Despesas por grupo e elemento de despesa

Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa		Item Informação		29	31	33	34
					DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
			Elemento Despesa		DEZ/2016	DEZ/2016	DEZ/2016	DEZ/2016
3	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	89.323,60	78.424,22	10.899,38	78.424,22
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	168.596,72	168.596,72
	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL			256.056,09	256.056,09		256.056,09
	30	MATERIAL DE CONSUMO			118.509,39	75.556,93	42.952,46	75.163,21
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			74.936,57	67.285,14	7.651,43	67.285,14
	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA			1.592.871,38	1.268.305,25	324.566,13	1.250.870,77
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			2.060.910,71	845.052,76	1.215.857,95	845.052,76
	46	AUXILIO-ALIMENTACAO			1.452,00		1.452,00	
	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS			34.592,70	31.377,52	3.215,18	31.377,52
	49	AUXILIO-TRANSPORTE			171,52		171,52	
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			89.526,58	89.526,58		89.526,58
	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES			1.331,00	1.331,00		1.096,00

2.4. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho da Gestão da Unidade

Quadro 9 - Indicador 1

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$	$\frac{36}{56} \times 100$	Sigob e Siconv	Anual	100%	80%	100%	80%	100%	150%

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de municípios (36) apoiados tecnicamente pela Funasa no período, considerando o universo total de municípios programados (56) para o período, meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual, atingindo um índice de 64,23%

Este apoio técnico e financeiro caracterizou-se por um conjunto de estratégias adotadas pela Funasa que objetivou assessorar gestores e técnicos em todos os níveis do SUS para o desenvolvimento de ações permanentes de educação em saúde ambiental, visando à promoção e proteção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento básico e saúde ambiental; e na elaboração, implementação e avaliação de projetos.

O indicador retrata um conjunto de ações desenvolvidas pela Coesa, em estreita consonância com suas competências regimentais o que propiciou a oferta de fomento técnico e financeiro as ações de educação em saúde ambiental como mecanismo de fortalecimento das gestões municipais e subsequente empoderamento das populações atendidas no território segundo a lógica do Sus.

O apoio aos municípios permitirá a realização de conjunto de práticas pedagógicas e sociais para construção de valores, saberes, conhecimentos e práticas que fortaleçam as relações sustentáveis da sociedade humana na interação saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Quadro 10 - Indicador 2

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência ²				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	$\frac{125}{125} \times 100$	Relatório consolidado da Coesa	Anual	100%	100%	100%	92%	71,30%	42,44 %

Fonte: Desam

¹ **Índice de previsto** – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² **Índice de referência** – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de comunidades especiais (125) atendidas com ações de educação em saúde ambiental no período, considerando o universo de comunidades especiais (125) programadas para o período. Busca também traduzir o esforço da Funasa em atender as ações demandadas pelas agendas técnicas e políticas de programas estratégicos do Governo Federal voltados para estas comunidades, cujas características antropológicas, modelo de organização social, tradição dos valores culturais e de participação, exigem uma atuação diferenciada das demais ações promovidas no campo da saúde ambiental e saneamento básico.

Com esta ação, a Funasa buscou desenvolver ações de Educação em Saúde Ambiental em comunidades especiais, rurais e em situações de vulnerabilidade visando à adoção de práticas participativas e sustentáveis de saúde ambiental voltadas para a inclusão, controle e participação social com ênfase na sustentabilidade sócio ambiental e sanitária da população em seu território; o incentivo à responsabilidade socioambiental das comunidades; o apoio a organização e capacitação da gestão local para implantação e implementação de ações, programas e projetos de educação em saúde ambiental; e desenvolvimento e aplicação de tecnologias, recursos didáticos e materiais pedagógicos apropriados para utilização no campo da saúde ambiental visando a promoção da saúde; apoio às iniciativas de mobilização comunitária visando a conservação e preservação do meio ambiente para promover o empoderamento das comunidades e promover a saúde.

Dessa forma, vislumbramos o protagonismo dos sujeitos, e o caráter de assertividade que permeia as propostas geradas no âmbito da Coordenação de Educação em Saúde (COESA), as articulações internas e externas que resultam numa proposta de ação capaz de ofertar as comunidades tradicionais o alcance a tecnologias sociais inovadoras e promotoras de Saúde.

Quadro 11 - Indicador 3

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	$\frac{234}{307} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/ Desam	Anual	100%	117%	330%	230%	75%	100%

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados no controle da qualidade da água considerando o previstos para o período. Observa-se que o número de municípios atendidos é determinado pela demanda do município e da capacidade instalada da Funasa.

Este indicador mede a abrangência da atuação da Funasa na qualificação dos técnicos dos municípios para o exercício das atividades derivadas da função que exercem, provendo-os de conhecimentos necessários à manutenção, operação e controle da qualidade dos sistemas ou das soluções alternativas de abastecimento de água para o consumo humano.

A meta do indicador foi pactuada com as Superintendências Estaduais no início do exercício de 2016, tendo sido alcançado um total de 234 municípios com técnicos capacitados, representado 76% em relação ao número de municípios previstos. Observa-se que o alcance da meta foi prejudicado pela não realização do “II Seminário de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano”, que seria realizado em Foz do Iguaçu/PR (25% da meta traçada) como uma programação diferenciada para atender 19% dos municípios do estado e que foi transferida para 2017.

Quadro 12 - Indicador 4

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios com amostras de água analisadas	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$	$\frac{529}{501} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/ Desam	Anual	100%	108 %	114%	104%	108%	128%

Fonte: Desam

¹ **Índice de previsto** – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² **Índice de referência** – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

Este indicador busca aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas considerando o número de municípios previstos no período. Nas amostras de água para consumo humano são analisados os parâmetros de acordo com a capacidade laboratorial de cada Superintendência. As análises realizadas a princípio são as sentinelas, aumentando o rol conforme a necessidade detectada.

Este indicador fornece informações acerca da demanda de apoio ao prestador de serviço, atividades em casos de desastres, atendimento a demandas do Ministério Público, e o controle da qualidade da água em comunidades atendidas diretamente pela Funasa. A meta do indicador foi pactuada com as Superintendências Estaduais no início do exercício de 2016, tendo sido alcançado um total de 529 municípios com análises realizadas, representado 106% em relação ao número de municípios previstos.

Quadro 13 - Indicador 5

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³	
							Índices de Referência					
							2012	2013	2014	2015		
Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$	$\frac{25.005}{20.303} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Anual	100%	150%	112%	120%	98 %	125 %	

Fonte: Desam

¹ **Índice de previsto** – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² **Índice de referência** – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

Este indicador permite medir o alcance das ações da Funasa no apoio a comunidades rurais e especiais, realizando exames de qualidade da água e permitindo que essas informações subsidiem a tomada de decisão dos gestores, com vista a minimizar os riscos à população e elaborar políticas públicas na melhoria da qualidade da água a ser consumida por estas comunidades. A meta do indicador foi pactuada com as Superintendências Estaduais no início do ano de 2016.

Diversas situações expõe o usuário à água com qualidade imprópria, como ausência de sistema público de distribuição na zona rural. Evidencia-se que muitos fatores influenciam na ausência de água tratada em comunidades, tais como: inexistência ou precariedade do sistema de água, desconhecimento das tecnologias existentes, deficiência ou falta de pessoal qualificado, alocação de recursos para aquisição de materiais e insumos, entre outros aspectos. Assim, as atividades desenvolvidas pela Funasa nessas comunidades remete à promoção, produção, proteção, conservação, recuperação da saúde e monitoramento das ações para que a sustentabilidade seja possível no processo de inclusão que se estabelece na comunidade para acesso à água potável.

3. GOVERNANÇA

3.1 Descrição das Estrutura de Governança

O Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, cujas denominações das Unidade Organizacionais foi publicada no Boletim de Serviço desta Fundação, nº 044-A, de 01.11.2016, promoveu algumas alterações na estrutura da Unidade de Auditoria Interna - Audit, a qual detém as seguintes competências regimentais:

- I - acompanhar e fiscalizar a gestão das políticas públicas, bem como a execução dos programas de governo a cargo da Funasa;
- II - verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Funasa;
- III - planejar, executar e acompanhar os trabalhos de auditorias preventivas e corretivas nos órgãos e unidades descentralizadas da Funasa, inclusive nos entes responsáveis pela movimentação de recursos transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumentos similares;
- IV - acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo em sua missão institucional; e
- V - promover a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas especiais, através de sua unidade de correição.

A AUDIT é uma Unidade Seccional da estrutura da Presidência desta Fundação, com vinculação técnica junto à Controladoria Geral da União/CGU, sendo importante destacar que a Unidade de Correição da FUNASA também integra a Auditoria Interna. A Corregedoria – COREG é responsável por ações de prevenção e apuração de irregularidades que impliquem instauração e condução de procedimentos correccionais.

Deste modo, as Superintendências Estaduais não possuem estrutura de auditoria interna, sendo da AUDIT a competência pelas ações de controle na forma do Estatuto e Regimento Interno da FUNASA e cabendo às Superintendências Estaduais o atendimento de recomendações emanadas da Unidade de Auditoria Interna e atendimento de diligências a elas direcionadas, bem como, por óbvio, zelar pelo cumprimento de normas e procedimentos afetos a cada área de atuação da SUEST, sendo que a SUEST alimenta regularmente o sistema CGU-PAD nos limites de sua responsabilidade.

A FUNASA não tem institucionalizado comitês de avaliações e, por sua natureza jurídica, não se utiliza de auditoria independente e não possui conselhos externos.

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

NÃO SE APLICA A ESTA UPC

3.3 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A competência para instaurar procedimentos correccionais é da Corregedoria, e encontra amparo no artigo 5º, IV, do Decreto nº 5.480, publicado no DOU de 01.07.2005, bem

como no Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, cujas denominações das Unidades Organizacionais foi publicada no Boletim de Serviço desta Fundação, nº 044-A, de 01.11.2016.

Nas Superintendências Estaduais, por delegação de competência por intermédio da Portaria-Funasa nº 504/2014, esta atribuição recai sobre o Superintendente Estadual para a prática dos seguintes atos, vedada a subdelegação:

- Instaurar investigação preliminar, sindicância e processo administrativo disciplinar.
- Julgar processo administrativo disciplinar e sindicância que resulte em penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias.

Entretanto, antes da instauração de qualquer procedimento investigatório, todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas praticadas por servidor no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições de cargo em que se encontre investido são submetidos à análise prévia daquela Corregedoria.

Assim, durante o exercício de 2016, a Superintendência instaurou 01 (um) procedimento, sendo que o mesmo encontra-se devidamente registrado no Sistema CGU-PAD.

A Auditoria também possui uma Coordenação de Tomada de Contas Especial, a qual monitora sistematicamente o cumprimento, pelas Superintendências, acerca da instauração, em tempo hábil, de Tomada de Contas Especial, em face de dano ao erário, sendo que em 2016, foram instaurados 25 (vinte e cinco processos) nesta SUEST-MA.

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22.2.2000 – dispõe sobre o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional;

Lei 9.784, de 29.1.1999 – regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 8.745, de 9.12.1993 – dispõe sobre o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11.12.1990 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Normativos internos da Funasa:

Portaria nº 840, de 11.11.2015 – altera o anexo da Portaria nº 1.005/2013, que dispõe sobre a Política de Uso do sistema CGU-PAD;

Portaria nº 1.005, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 23.8.2013 – dispõe sobre a Política de Uso do sistema CGU-PAD;

Portaria nº 940, de 26.11.2012 – dispõe sobre o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta;

Portaria nº 504, de 16.6.2014 – delega competência aos superintendentes para instaurar e julgar atividades correicionais;

Portaria nº 653, publicada no DOU de 6.12.1995 – adotou o Manual de Procedimentos Administrativos em Sindicância e processo disciplinar;

Ordem de Serviço nº 1, de 4.6.2012 – normatiza os procedimentos correicionais, formação e atuação de comissão.

Normativos da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30.6.2005 – dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24.7.2007 – estabelece o uso do sistema CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30.5.2006 – regulamenta o sistema de correição do Poder Executivo Federal;

Instrução Normativa nº 12, de 1.11.2011 – dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa nº 04, de 17/02/2009 – cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria-Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

A gestão de Controles Internos é um dos elementos da Governança que contribui para a minimização de riscos, sendo que, dentre outras vantagens, sua aplicação proporciona maior tranquilidade aos gestores e servidores públicos, auxilia a obtenção de resultados, restringe o risco de irregularidades, assegura maior proteção ao patrimônio e melhor qualidade da informação. Além disso, propicia, também, o fomento de uma nova cultura na instituição, onde a questão do controle interno passa a ser entendida como sendo de responsabilidade de todas as unidades, como parte do próprio processo gerencial. Nesse aspecto, a SUEST-MA tem buscado aprimorar seus instrumentos de controle interno voltados para o acompanhamento e monitoramento das práticas rotineiras relacionadas a cada área de atuação, principalmente no que se refere à regular aplicação dos recursos sob a responsabilidade da gestão local.

Para que se possa realizar uma adequada gestão dos possíveis riscos através de mecanismos de controle interno, requer-se inicialmente que se conheça todos os processos de trabalho bem como os atores envolvidos e de que maneira ou de onde podem surgir tais ocorrências.

No contexto em que a Fundação Nacional de Saúde atua, mais especificamente na questão das transferências de recursos através de Convênios, Termos de Compromissos ou outros instrumentos de repasse para que os mesmos sejam aplicados pelos gestores municipais, os principais riscos encontram-se vinculados ao perigo de dano ao erário caso haja tanto a não aplicação correta dos recursos, quanto aos seus desvios, fatos estes que resultarão em enormes prejuízos ao erário bem como para a sociedade em geral, notadamente aquelas populações mais carentes a quem se destinariam os serviços a serem oferecidos.

Considerando que a percepção dos riscos acima possibilitam adoção de medidas preventivas e/ou punitivas, esta SUEST-MA entende ser de grande importância que sejam adotados mecanismos mais eficientes de monitoramento, principalmente de forma preventiva, posto que assim sendo, evita-se a ocorrência do fato gerador dos possíveis danos. Nesse aspecto, ressalta-se mais uma vez, a importância do quantitativo de Recursos Humanos suficientes para que se possa realizar o acompanhamento e gerenciar efetivamente os riscos.

Como já dito reiteradamente, esta Superintendência, em razão do volume de instrumentos de repasses celebrados, não possui recursos humanos suficientes para que se efetive um controle sistemático de 100% dos processos, entretanto, alguns avanços têm sido obtidos por meio de disponibilização, pela Presidência e outras SUESTs, de pessoal técnico compondo "força tarefa" com o intuito de mitigar tais riscos e promover uma gestão mais acurada dos mesmos, de forma a obter-se a conclusão efetiva do objeto pactuado.

Outro ponto importante em relação ao aperfeiçoamento da gestão são as auditorias realizadas tanto pela Auditoria da própria Fundação quanto da Controladoria Geral da União, que,

preventivamente emitem recomendações à melhoria ou correção dos processos de trabalho no âmbito administrativo e é nesse contexto que temos reduzido os riscos relacionados à adequação e eficiência do processo de gestão no âmbito interno.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro A 4 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	não há	481	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	não há	481	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	123	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	356	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	1	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	3	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há	-	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	não há	484	1	1

Fonte: DW/DIAPE/DEZ/2016

Seção de Gestão de Pessoa

Quadro A.4.1 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	448	33
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	448	33
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	91	32
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	356	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-0-	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	-
2. Servidores com Contratos Temporários	3	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	451	33

Fonte: DW/DIAPE/DEZ/2016

4.1.1.1 Distribuição da Força de Trabalho

4.1.1.2 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro A.4.2 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	não há	01	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	01	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	não há	-	-	-
1.2.5. Aposentados	não há	-	-	-
2. Funções Gratificadas	não há	08	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	08	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	não há	09	-	-

Fonte: CDAWeb

Seção de Gestão de pessoas

4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal

Quadro A.4.3 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	0,00
	2015	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	12.233.519,63	21.387,37	13.357.239,24	1.120.799,90	2.991.888,58	4.549.513,31	-0-	5.495,13	241.032,44	34.520.515,60
	2015	14.372.290,32	23.837,73	14.175.666,85	1.838.470,78	3.016.414,73	3.632.401,83	-0-	7.601,99	195.163,74	37.261.847,97
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016			242.023,44							242.023,44
	2015	-0-	-0-	63.234,23	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	63.234,23
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-0-	-0-	21.033,67	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	21.033,67
	2015	-0-	-0-	40.016,40	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	40.016,40
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	293.320,00	-0-	-0-	778,67	-0-	28.845,00				29.623,87
	2015	594.180,00	-0-	-0-	2.548,72	-0-	30.213,00	-0-	-0-	-0-	626.941,72

Fonte: SEPAG/SEREH
SIAPE/DW

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Nesta área, os riscos voltam-se, como já vem sendo reiteradamente relatado em Relatórios de Gestão de exercícios anteriores, principalmente para a enorme carência de servidores bem como o elevado número de pessoas com tempo para aposentar-se, além da ocorrência maior de afastamentos por doenças o que pode, eventualmente, ocasionar riscos relacionados à insuficiência do quadro funcional para dar cumprimento a todas as atribuições institucionais. Além disto, o número de óbitos anuais encontram-se em uma escala ascendente por força das patologias próprias da idade bem como da situação financeira que a cada dia vem se tornando mais crítica, já ocasionando a impossibilidade de tratamentos por meio de planos de saúde, posto que inúmeros servidores não mais puderam arcar com tais despesas em face da perda do poder aquisitivo ao longo dos últimos anos.

A situação tende a agravar-se a cada ano, tendo em vista que alguns servidores serão forçosamente aposentados compulsoriamente, sem que haja uma perspectiva de renovação dos quadros. Em razão disso, perde-se consideravelmente a memória institucional, além da grande gama de experiência inerente a cada servidor. São saberes e conhecimentos que não estão sendo repassados para gerações futuras de servidores por força da ausência de contratação de pessoal pelo governo federal, em que pese as inúmeras manifestações desta SUEST-MA, à Presidência da Funasa, a quem compete buscar junto aos órgãos responsáveis, soluções para esse grave problema que poderá levar a uma paralização das atividades por falta de pessoal em um futuro bem próximo.

Também tem pesado como causa desse tipo de situação, a ausência de um plano de cargos e salários, tanto para garantir a sobrevivência e um mínimo de lazer aos servidores, quanto para que a carreira nesta instituição se torne mais atrativa, posto que, até os servidores que são contratados temporariamente continuam a participar de concurso onde as condições de trabalho sejam melhores, ocasionando a demissão à pedido, dos poucos recursos humanos que são contratados.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 14 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome:FUNASA/SUEST/MA															
UG/Gestão:255010						CNPJ:26.989.350.007/01									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2013	V	O	02/2013	11.029.232/00 01-99 (SH)	22.04.20 16	21.04.20 17			25	25					A
2015	L	O	02/2015	11.047.807/00 01-04(total)	01.04.20 16	26.10.20 16			12	12					E
2016	L	O	03/2016	10.343.472/00 01-09 (loks)	11.11.20 16	31.10.20 17			13	11					A

LEGENDA:Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Contratação de Estagiários

Quadro A.4.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	14	14	14	-	64.964,79
1.1 Área Fim	-	-	-	-	
1.2 Área Meio	14	14	14	-	
2. Nível Médio	14	14	14	-	33.806,25
2.1 Área Fim	-	-	-	-	
2.2 Área Meio	14	14	14	-	
3. Total (1+2)	28	28	28	-	98.771,04

A contratação de estagiários deu-se por meio do Agente de Integração CIEE. Esse agente tem a responsabilidade de selecionar os candidatos e encaminhá-los à Funasa para que os

mesmos sejam entrevistados, de modo que a CGERH/CODER não recebe currículos, uma vez que o CIEE realiza contratação dos estudantes cadastrados e enviados por ele. Por determinação da Orientação Normativa nº 4/2014 da SEGEP/MP.

Ao final do exercício de 2016 o contrato de estagiários foi suspenso enquanto aguardava-se um novo processo do agente integrador pela Presidência desta Fundação. Tal situação prejudicou a agilização de diversas atividades, tendo em vista a contribuição dos mesmos para as tarefas, durante o exercício do aprendizado.

Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

NÃO SE APLICA A ESTA UPC

Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas

Os indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas já foram estabelecidos pela Presidência desta Fundação, quais sejam:

- turnover;
- absenteísmo;
- reposição da força de trabalho;
- desenvolvimento;
- desenvolvimento de competências gerenciais; e
- percentual de estágios utilizados

Tais indicadores ainda não foram implantados na esfera desta Superintendência posto que somente já em 2017 as orientações foram enviadas, sendo certo que, a partir de então, já para o próximo Relatório de Gestão, os resultados dos mesmos serão apresentados.

4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

A frota de veículos da Funasa/SUEST-MA, é composta por 18 (dezoito) veículos, seu uso, segue o disposto na Lei nº 1081 de 13/04/50, Decreto nº 6.403/08 e Instrução Normativa STLI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008. Diante da missão institucional da Funasa, de promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental, e voltada aos municípios com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, a necessidade de uma frota de veículos em condições de atender esta demanda, torna-se evidente. O estado do Maranhão ocupa uma área de 331 935,507 km², conta atualmente com 217 (duzentos e dezessete) municípios. Sendo boa parte destes, alvos da missão institucional da Funasa.

a) Distribuição de veículos da frota segundo sua classificação.

A SUEST-MA conta atualmente com 18 (dezoito) veículos assim distribuídos :

Quadro 15– Distribuição da frota de veículos SUEST-MA

GRUPO	UTILIZAÇÃO		CARACTERÍSTICAS	QUANTIDADE	TOTAL
		Transporte coletivo	Peugeot Furgão URQCA	01	01
No transporte de carga e realização de atividades específicas		Transporte de carga leve	Pick-up 4x4 Ranger	03	16
			Pick-up L-200 4x4	12	
			Pick-up S-10	01	
		Transporte de carga pesada	*Caminhão,Ford Cargo	01	01
TOTAIS				18	18

Fonte : WWW.sis.funasa.gov.br/sicotweb

b) Média de Anual quilômetros rodados por grupos de veículos

Quadro 16- Média de Anual quilômetros rodados por grupos de veículos

Grupo	Utilização		Características	Media Anual	Média Mensal
		Transporte coletivo	Peugeot Furgão URQCA	14.203	1.184
No transporte de carga e realização de atividades específicas		Transporte de carga leve	Pick-up 4x4 Ranger	160.309	13.359
			Pick-up L-200 4x4		
			Pick-up S-10		
		Transporte de carga pesada	Caminhão,Ford Cargo	2.582	215,16
TOTAIS				177.094	14.757

Fonte : WWW.sis.funasa.gov.br/sicotweb

c) Idade Média da Frota por grupo de veículos

Quadro 17 - Idade Média da Frota por grupo de veículos

GRUPO	UTILIZAÇÃO		CARACTERÍSTICAS	IDADE MÉDIA
		Transporte coletivo	Peugeot Furgão URQCA	04 anos
No transporte de carga e realização de atividades específicas		Transporte de carga leve	Pick-up 4x4 Ranger	06 anos
			Pick-up L-200 4x4	
			Pick-up S-10	
		Transporte de carga pesada	Caminhão,Ford Cargo	13 anos

Fonte : WWW.sis.funasa.gov.br/sicotweb

d) Custos Operacionais Anuais por grupo de veículos (manutenção, combustíveis e lubrificantes e seguros obrigatórios) em R\$.

Quadro 18- Custos Operacionais Anuais por grupo de veículos (manutenção, combustíveis e lubrificantes e seguros obrigatórios) em R\$.

Grupo	Características	Manutenção	Seguro Obrigatorio	Combustível	TOTAL
	Peugeot Furgão URQCA	00	246,49	5.248,24	5.494,73
	Pick-up 4x4 Ranger Pick-up L-200 4x4 Pick-up Frontier Pick-up S-10	00	1.759,36	46.882,01	48.641,37
	Caminhão,Ford Cargo	00	109,96	1.102,44	1.212,40
TOTAIS GERAIS		00	2.115,81	53.232,69	55.348,50

Fonte : WWW.sis.funasa.gov.br/sicotweb

e) Plano de substituição da frota.

A vida útil de um veículo, que vai do início de sua utilização até o momento em que deixe de estar operacionalmente ativo, pode ser prolongada indefinidamente, enquanto houver peças de reposição que permitam manter sua funcionalidade. Ela vai depender de fatores diversos como a qualidade intrínseca do veículo, o grau de utilização do bem, o tipo e a qualidade da manutenção, o nível de deterioração, o obsolescência, o tipo de pavimentação, a adequação do veículo, o zelo do condutor, dentre outros

A administração publica, na atualidade, baseia-se no princípio da eficiência. Portanto todo esforço para que se possa aumentar a produtividade é desejável, pois sobram verbas para aplicação em outras atividades mais essenciais ou pode-se diminuir o ônus da carga tributária sobre os contribuintes.

Neste contexto, acreditamos que em razão do uso dos veículos da nossa frota, aliado ao tempo de vida útil dos mesmos, haverá sim a necessidade de substituição de alguns destes veículos no próximo ano. A forma como serão adquiridos estes veículos, dependerá da disponibilização de recursos para tal fim.

Alguns veículos foram substituídos em razão de terem se tornado antieconômicos, por outros doados pela SUEST-RJ. Os veículos movidos a gasolina, serão incluídos no rol de veículos a serem doados ou alienados para fins de leilão pelo mesmo motivo, a anti economicidade.

f) O controle de uso dos veículos da SUEST-MA:

O controle é realizado através dos boletins de tráfego (BDT's), que após devidamente preenchidos pelos condutores após suas atividades diárias, é entregue no setor de transportes (SOTRA), onde é conferido e lançado no sistema de Controle de Transportes via Web (SICOTWEB) para acompanhamento on-line dos órgãos de controle interno e externos.

A frota de veículos da Funasa/SUEST-MA, cujo uso, segue o disposto na Lei nº 1081 de 13/04/50, Decreto nº 6.403/08 e Instrução Normativa STLI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008.

4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

Os veículos considerados inservíveis serão objeto de leilão cujo processo já se encontra em andamento nesta Superintendência.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Quadro 18 - Distribuição Geográfica dos imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA BRASIL UF – MA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE PROPRIEDADE DA UJ			
	EXERCÍCIO 2016		EXERCÍCIO 2015	
	Informação do Relatório de Gestão, da SUEST,	Informação do SPIUnet (RIP)	Informação do Relatório de Gestão, da SUEST,	Informação do SPIUnet (RIP)
AÇAILANDIA	07	02	05	02
AMARANTE	02	01	02	01
ARAGUANÃ	05	00	05	00
BACABEIRA	01	00	01	00
BARRA DO CORDA	04	01	04	01
CAMPESTRE	01	00	01	00
CAPINZAL DO NORTE	02	00	02	00
CAROLINA	04	02	04	02
CAXIAS	06	00	06	00
CIDELANDIA	02	00	02	00
CODÓ	04	01	04	01
ESTREITO	03	01	03	01
IMPERATRIZ	02	00	02	00
ITINGA DO MARANHÃO	02	00	02	00
JENIPAPO DOS VIEIRAS	01	00	01	00
MARANHÃOZINHO	01	00	01	00
ZÉ DOCA	00	00	05	01
NOVA OLINDA DO MARANHÃO	03	00	03	01
PEDREIRAS	02	02	02	02
PINHEIRO	02	02	02	02
VIANA	00	00	01	01
PORTO FRANCO	01	00	01	00
COROATÁ	01	01	01	01
ROSÁRIO	04	01	04	01
SANTA LUZIA DO PARUÁ	01	00	01	00
SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	01	00	01	00
SÃO JOÃO DO PARAISO	01	00	01	00
SÃO JOÃO DO SÓTER	01	00	01	00
SÃO JOÃO DOS PATOS	00	00	01	01
SÃO LUIS	03	02	03	02
SÃO PEDRO DA AGUA BRANCA	05	00	05	00
SITIO NOVO DO MARANHÃO	01	00	01	00
PINDARÉ -MIRIM	00	00	01	01
VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	02	00	02	00
SÃO BENTO	00	00	01	00
PRIMEIRA CRUZ	01	00	00	00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE PROPRIEDADE DA UJ			
	EXERCÍCIO 2016		EXERCÍCIO 2015	
	Informação do Relatório de Gestão, da SUEST,	Informação do SPIUnet (RIP)	Informação do Relatório de Gestão, da SUEST,	Informação do SPIUnet (RIP)
BRASIL UF – MA				

4.2.3.1 Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 19- Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255010/MA	0711.00009.500-1	05	Bom	68.484,08	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0731.00079.500-8	05	Bom	471.049,57	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0753.00009.500-7	05	Bom	358.971,01	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0753.00010.500-2	05	Bom	27.404,16	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0763.00011.500-5	05	Bom	733.646,33	23/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0769.00014.500-0	05	Bom	77.349,33	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0837.00009.500-1	05	Bom	598.158,28	23/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0861.00008.500-9	05	Bom	53.917,38	23/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0861.00009.500-4	05	Bom	53.312,58	23/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0867.00002.500-5	05	Bom	86.760,90	23/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0869.00020.500-0	05	Bom	17.976,80	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0869.00021.500-5	05	Bom	190.141,52	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0891.00005.500-4	05	Bom	409.741,29	23/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0907.00003.500-3	05	Bom	76.135,99	08/08/2004	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0919.00006.500-3	05	Bom	67.485,00	28/08/2001	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0921.00548.500-2	05	Bom	186.466,87	21/06/2002	0,00	0,00	79.598,84
255010/MA	0921.00549.500-8	05	Bom	361.401,60	21/06/2002	0,00	0,00	81.274,44
255010/MA	0941.00007.500-5	05	Bom	125.255,81	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0949.00002.500-3	05	Bom	166.897,83	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0961.00016.500-9	05	Bom	67.877,60	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0961.00017.500-4	05	Bom	475.518,37	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
255010/MA	0963.00005.500-5	05	Bom	674.283,88	21/06/2002	0,00	0,00	0,00
TOTAL: 5.348.600,18							0,00	0,00

4.2.3.2 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

Ao realizarmos um levantamento nas pastas dos imóveis que se encontram neste setor de patrimônio, por ocasião do recebimento das pastas que foram enviadas pela empresa Linkdata, localizamos escritura de um imóvel pertencente a esta Suest-MA, no município de Primeira Cruz, totalizando 83 (oitenta e tres) imóveis, sendo que apenas 22(vinte e dois) estão registrados no SPIUnet, conforme dados atualizados na planilha acima descrita. Convém ressaltar, que tratam-se de imóveis oriundos de duas instituições, que atuavam em atividades diferentes e possuíam uma abrangência em quase todo o Estado do MA, principalmente em pequenas localidades. Esta é uma das razões que dificultam e/ou inviabilizam a regularização dos mesmos até a presente data.

4.2.3.3 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

NÃO SE APLICA A ESTA UPC

4.2.3.4 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Foi firmado o contrato nº 009/2014, pela Funasa/Presidência com a empresa Linkdata com o objetivo de resolver todas as pendências com relação aos imóveis de cada Suest do Brasil e logo que forem adotadas as medidas nesta Superintendência, o sistema será devidamente atualizado e os riscos poderão ser identificados, monitorados bem como serão adotadas as providências necessárias para mitigá-los..

4.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

NÃO HOUE MOVIMENTAÇÃO NESTA UNIDADE

4.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

NÃO HOUE MOVIMENTAÇÃO NESTA UNIDADE

4.2.6 Informações sobre a Estrutura Física

Foi firmado o contrato nº 009/2014, pela Funasa/Presidência com a empresa Linkdata com o objetivo de resolver todas as pendências com relação aos imóveis de cada Suest do Brasil e no final do exercício de 2015, mais precisamente no dia 28 de outubro, este setor de

patrimônio recebeu um quantitativo de 84 (oitenta e quatro) pastas referente aos imóveis vistoriados e levantados pela empresa acima citada, não conferindo com o nosso quantitativo que é de 82 (oitenta e dois) imóveis. Informo ainda que este setor de patrimônio, iniciou uma análise minuciosa, conferindo pasta por pasta encontrando diversas divergências com relação á metragem, endereços, quantidade de imóveis, imóvel que não pertence a esta Suest/Ma. Foi encaminhado, em 2016, ao Setor de Patrimônio (SEPAT), em Brasília, um relatório minucioso de todo o trabalho realizado pela Linkdata, nesta Suest/Ma, no sentido de que seja feito um novo levantamento dos nossos imóveis, acompanhado por um servidor do setor de patrimônio, com objetivo de sanar referidas pendências.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre a Gestão de Tecnologia de Informação (TI), portanto, considerar neste item o termo: **"NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA"**.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

5.1. Canais de acesso do cidadão

No âmbito central, em relação à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio [http:// www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br) informações referentes à ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais. Além do site oficial, a Funasa possui como difusoras de notícias e informações da instituição, as mídias sociais alimentadas pela Coordenação de Comunicação Social, tais como: facebook, instagram, twitter e youtube.

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/20111, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - **www.funasa.gov.br**, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações publicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Sul, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

5.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

<http://www.funasa.gov.br/site/>
<http://www.funasa.gov.br/site/acesso-a-informacao/>
<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>
<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/prestacao-de-contas/>
www.facebook.com/funasa.oficial
[twitter.com/funasa *](https://twitter.com/funasa)

5.3 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Superintendência Estadual cumpre as medidas consignadas na Lei 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004 no que se refere ao ambiente de circulação às suas dependências e no seu entorno, na adequação de corrimão nas escadas, rampas de acesso, vagas para idosos e portadores de necessidades especiais, placas indicadoras de dependências e serviços, além da aplicação da norma da ABNT na aquisição de bens.

Considerando que o prédio onde funciona a sede da Funasa no estado do Maranhão, foi construído no início da década de 1980, após o advento da legislação ora em vigor, esta SUEST-MA tem buscado ao longo dos últimos anos, incansavelmente, recursos para proceder uma reforma e adequação do prédio às novas exigências. Entretanto, em face dos contingenciamentos de recursos para aplicação nessa modalidade, somente no exercício de 2016 foi disponibilizado orçamento para o cumprimento desse objeto, tendo sido concluído o processo licitatório para a contratação da empresa vencedora. Dessa forma, até o final do exercício de 2017 a estrutura deverá está apropriada para o uso na forma adequada.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Ítens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS CONTIDOS NAS NBC T 16.9 E 16.10

O texto abaixo reflete a situação macro, ou seja, trata-se de procedimentos realizados pela Presidência da Funasa, sendo que o mesmo foi enviado às Superintendências Estaduais para constarem nos Relatórios de Gestão 2016.

- Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e 16.10:

Trata-se da aplicação dos critérios procedimentos de avaliação e de mensuração de Ativos e Passivos integrantes do patrimônio e suas variações pertencente à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, conforme as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.9 e 16.10.

- Avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 154) define mensuração como o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das Demonstrações Contábeis devem ser reconhecidos e apresentados, objetivando selecionar bases de mensuração que reflitam de modo adequado condição real do patrimônio público sob controle da Entidade. Segundo propugna a NBC T 16.10, a avaliação patrimonial consiste na atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

- Disponibilidades

Majoritariamente, os elementos classificados no Disponível são aqueles provenientes da descentralização de recursos financeiros pela Setorial Financeira do Órgão Superior a que estamos vinculados, na forma prevista no Decreto nº 93.872/86. Os recursos financeiros oriundos da geração interna de receitas são reconhecidos pelos valores das entradas líquidas de caixa, em sua maioria, resultantes da alienação de bens móveis inservíveis ou em desuso, bem como das restituições/estornos de despesas realizadas e pagas em exercícios anteriores e/ou no vigente, se for o caso. Após o reconhecimento inicial, não foram realizadas avaliações posteriores pela FUNASA, no período das demonstrações contábeis.

- Créditos e Obrigações

Os direitos, títulos de crédito e obrigações assim como seus encargos e atualizações foram mensurados inicialmente pelo valor original e apropriados com observância dos princípios de contabilidade. Contudo, não foram realizadas atualizações posteriores, tampouco foi feito o levantamento dos riscos de recebimento de tais elementos.

Os direitos, títulos de crédito e obrigações prefixadas devem ser avaliadas a valor presente, os pós-fixados ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até da data das Demonstrações Contábeis.

Ressalte-se que devido a incongruências identificadas nas rotinas contábeis estabelecidas pelo Órgão Central de Contabilidade, há uma superavaliação do Ativo Circulante, relacionada aos Créditos a Receber apurados em processos administrativos e de tomadas de contas especiais, resultantes de transferências de recursos financeiros mediante convênio ou instrumento congênere; ou de outras origens.

Por ocasião do repasse dos recursos às entidades convenientes, são reconhecidos como ativos os "Adiantamentos de Transferências Voluntárias". Em caso de não apresentação/aprovação da prestação de contas, tais valores deveriam ser baixados quando da apuração do dano e respectiva implicação do responsável pela gestão dos recursos disponibilizados. Fato este que enseja o reconhecimento de novo ativo a título de "Créditos a Receber Por Danos ao Patrimônio". Tratar-se, portanto, de fatos permutativos e o reconhecimento destes deve ser em contrapartida à baixa daqueles.

- Estoques

Os estoques foram reconhecidos com base no custo total de aquisição (custo histórico), cujo consumo é reconhecido no resultado do período, conforme o princípio da competência. Os bens de almoxarifado devem ser mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

Não foram realizadas avaliações posteriores segundo o valor realizável líquido para os itens que eventualmente sofreram perda de valor de realização no curso normal das atividades, tampouco, quanto a prováveis perdas de estoques, caso existam bens danificados.

- Imobilizado

Bens Móveis

Os ativos imobilizados foram reconhecidos inicialmente com base no custo total de aquisição, produção ou construção, incluindo os custos adicionais para colocá-los em condição de uso.

Em 19 de setembro de 2016, data definida para a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, com a realização da reavaliação dos bens móveis da Instituição, mediante a contratação de serviço especializado.

O método utilizado nesse trabalho é o Comparativo Direto de Mercado, em que se apura o valor alcançado pelo bem avaliado a valor de mercado, com base no custo de reposição.

O valor de mercado consiste no valor estimado de um bem, sem considerar os custos adicionais relativos ao comprador, aplicáveis aos valores finais da compra e venda, tais como impostos, taxas, comissões, etc. A comparação é feita em ambiente de mercado ativo ou semi-ativo, de forma a possibilitar a comparação direta ou ter suporte de mercado para tal assertiva.

Nesse contexto, os bens foram valorados, com base no princípio da substituição ou equivalência, mediante cotação de preços para cada item ou grupo de itens específico, após as devidas inspeções.

As condições físicas de cada bem foram inspecionadas in loco, individualmente, e registradas suas características físicas e operacionais, aspectos relevantes à formação do valor e considerados todos os elementos necessários à sua operação, verificando-se os seguintes itens:

- a) Existência física do bem patrimonial, dentro da descrição e características técnicas especificadas;
- b) Estado de conservação/condições de manutenção; e
- c) Condições operacionais.

Devido à reavaliação, os ativos foram reduzidos ao valor líquido contábil (valor bruto deduzida a depreciação acumulada). Posteriormente, o valor resultante da mensuração fora comparado ao valor líquido apurado, e majorado ou reduzido até se chegar ao novo valor bruto dos ativos.

Os ajustes positivos e negativos resultantes da reavaliação foram reconhecidos na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido, não impactando o exercício vigente à época, por serem atribuíveis a exercícios anteriores, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 161).

- Depreciação de Bens Móveis

A depreciação consiste no decréscimo patrimonial de bens tangíveis em função do desgaste pelo uso, pela ação da natureza ou pela obsolescência tecnológica. O cálculo do encargo da depreciação leva em consideração os fatores: custo total do ativo, período de vida útil econômica, valor depreciável e valor residual.

A vida útil total dos bens reavaliados, período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo, foi estimada em função de fatores técnicos, físicos, econômicos e de obsolescência, conforme indicado nas seguintes publicações:

Tabela IV da "vida útil para cálculo de depreciação técnica e obsolescência", publicada no livro Engenharia de Avaliações da Editora Pini. Essa tabela fora extraída do livro Perry Chemical Handbook, 3ª Edição, página 1822.

Tabela V "classificação genérica dos bens e depreciação (vida útil), publicada no livro Engenharia de Avaliações, que foi obtida a partir do livro Assent Guideline Classes, and Periods, Assent Depreciation Range - T.I.R., página 1088.

Tabela de vida útil de máquinas e equipamentos apresentada pelo Engenheiro Vitor Carlos Fillinger no IX Congresso Panamericano de Avaliações realizado em São Paulo, em agosto 1979.

A vida útil remanescente dos itens avaliados, ou seja, os anos dos quais se espera geração de benefícios econômicos ou potencial de serviços para a entidade, foi obtida subtraindo-se o total de anos de vida útil pelos anos de uso de cada item, considerando as suas condições físicas, técnicas e operacionais, de forma a assegurar que apresentam boas condições de manutenção, estado operacional e de conservação.

O valor residual dos bens reavaliados, montante líquido da alienação que a entidade espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, permaneceu inalterado e segue as orientações técnicas emanadas pelo Órgão Central de Contabilidade da União, estabelecidas no Manual SIAFI.

Os bens que, considerando a sua data de aquisição e suas condições, prescindiram de mensuração, tiveram suas vidas úteis e seus valores residuais definidos com base no que predispõe a Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão (Pág. 7-15), do Manual SIAFI.

Observando a uniformidade de procedimentos, utilizou-se o método das quotas constantes para cálculo dos encargos de depreciação, de forma a propiciar consistência e comparabilidade à informação contábil (vide Macrofunção 020330, pág. 16).

O consumo dos ativos imobilizados é reconhecido em conta redutora do Ativo Imobilizado com contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva (rédito), observando-se o princípio contábil da competência.

Bens Imóveis

Os bens imóveis foram reavaliados segundo o método comparativo direto de mercado, que consiste em identificar o valor de mercado mediante tratamento técnico dos atributos comparáveis dos elementos patrimoniais. Ou ainda, dadas as suas características peculiares, avaliados conforme o método involutivo, que identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem em avaliação, bem como as condições de mercado no qual está inserido, considerando cenários viáveis para execução e comercialização do produto.

Para efeito de avaliação foram considerados:

- a) a área ocupada pela FUNASA, terrenos e edificações, conforme vistoria;
- b) as informações das áreas do terreno e construída, obtidas por meio de consulta ao Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET e certidões de matrícula em cartório de registro de imóveis;
- c) os desenhos (mapa, planta, croqui, fotos, etc);
- d) as memórias de cálculo, dados amostrais e tabelas; e
- e) as características e condições físicas dos bens;

Para efeito dos cálculos de avaliação não foi utilizado o fator comercial em função dos imóveis serem públicos e institucionais. O objetivo deste trabalho é a avaliação para fins de levantamento patrimonial.

Intangível

Intangíveis são ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.

O Processo de avaliação desses ativos está em andamento, na fase de levantamento e avaliação dos elementos que se enquadram na definição de intangível e que atendam aos critérios de reconhecimento.

Deve ser avaliada, ainda, a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços utilizando premissas razoáveis que representem a melhor estimativa em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

Os ativos intangíveis podem ser reconhecidos de três forma (MCASP, Pág. 178):

- Aquisição separada;
- Geração interna;
- Aquisição por meio de transação sem contraprestação.

Deve ser ressaltada a complexidade desse procedimento e a carência pessoal qualificado para sua consecução.

Após esse procedimento, os bens que se classificarem como intangíveis serão reconhecidos e amortizados mensalmente, depois de definida a sua vida útil econômica e seu valor residual.

As avaliações posteriores serão realizadas pelo método da reavaliação utilizando-se o valor de mercado, segundo critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- Justificativa quanto à Aplicação dos Procedimentos Patrimoniais

Os dispositivos previstos nas NBC T 16.9, 16.10 e 16.11 são de aplicação obrigatória por todos os órgãos e/ou entidades da Administração Direta e Indireta, de todos os poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Versa-se sobre procedimentos contábeis patrimoniais de alta complexidade, periódicos e sistemáticos que requerem a elaboração de estratégia ou plano de aplicação, considerando as deficiências de pessoal porque passa a Instituição. Além disso, muitos deles ensejam a aquisição de recursos tecnológicos que propiciem o adequado, o eficiente e o tempestivo tratamento.

Os procedimentos de reconhecimento e mensuração dos elementos componentes do patrimônio devem ser realizados, conforme as competências regimentalmente atribuídas, por diversos setores da Instituição, que carecem de ser dotados de recursos humanos e materiais para a consecução desses trabalhos.

Bom exemplo é a reavaliação dos bens móveis e imóveis (Imobilizados) da Fundação ter sido necessariamente executada mediante a contratação de serviços técnicos profissionais junto à pessoa jurídica Linkdata Informática e Serviços S/A, inscrita sob o CNPJ/MF nº 24.936.973/0001-03, conforme a Ata de Registro de Preços n.º 21/2013 e o Pregão n.º 22/2013. Medida por demais paliativa e onerosa, considerando a recorrência das circunstâncias que motivaram a contratação.

Nesses termos, a FUNASA está buscando meios de prover os quadros dos seus diversos departamentos com pessoal qualificado para execução dos procedimentos contábeis patrimoniais, inclusive com a solicitação de abertura de concurso público junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Ao mesmo tempo, busca-se a criação/aquisição de ferramentas tecnológicas que propiciem o adequado e tempestivo tratamento das rotinas de trabalho, de forma a buscar o atingimento dos objetivos institucionais eficaz, efetiva e eficientemente, inclusive no que concerne à aplicação das orientações e procedimentos técnicos contábeis de natureza patrimonial.

- Impacto pela Utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e 16.10 no Resultado

Dada a aplicação de forma parcial dos procedimentos de reconhecimento, de mensuração e de evidenciação previstos nas NBC T, não é possível avaliar de forma eficaz os possíveis impactos na qualidade das demonstrações contábeis da entidade ou das informações a partir delas obtidas.

As deficiências nesses procedimentos causam inconformidades relevantes e, nesse sentido, os resultados apurados no exercício não estão livres de distorções, situação que inviabiliza a mensuração acurada dos impactos da implementação de tais normativos contábeis.

Os reflexos patrimoniais da reavaliação foram reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido, ante a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais, revertendo-se ao resultado, à medida que os ativos forem realizados.

O reflexo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão são linearmente reconhecidos no resultado do período, assim como o consumo dos ativos de outras naturezas.

6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O Sistema de Informações de Custos, instituído pela Portaria STN nº 157/2011, cria os órgãos Central e Setoriais de Custos, no âmbito do Poder Executivo Federal, nos Ministérios e na Advocacia-Geral da União, pertencentes à estrutura da Administração Direta.

A criação da Seccional de Custos nas entidades da Administração indireta depende de ato normativo do Órgão Superior ao qual se encontram vinculadas. Nesses termos, a criação do setor na FUNASA está em fase de estudo e levantamento dos recursos necessários à consecução da apuração dos custos dos programas e atividades afeitas à Instituição. Pondere-se que a criação da unidade de custos requer a alteração da estrutura regimental e a alocação de recursos materiais, bem como a requisição de pessoal qualificado. Ante a situação acima, na qual se encontra inserida instância máxima desta Fundação, evidencia-se que esta SUEST-MA depende do nível central para implantar tal sistemática.

6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 estão disponíveis no Anexo I - Demonstrações Contábeis.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro 6.1.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento e atendidas

ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					ATENDIMENTO/ JUSTIFICATIVA PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOC. EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		
1	Acórdão nº. 7985/2014 - TCU - 1ª. Câmara	OF. 395/2015-TCU/SEFIP	13.01.2015	Determina à Sefip que providencie a correção dos fundamentos legais do no sistema Sisac, tendo por base informações constantes do Sistema Siape.	Não houve		SEREH	Anexado original do Acórdão ao processo de aposentadoria	-	-	ATENDIDA
2	Ofícios nº. 111º. 926 e 927 - TCU/SEFIP.	Ofício nº. 11516 - TCU/SEFIP	10.10.2014	Solicita CTS. e Certidões de Tempos averbados.	Ofício nº. 210 SOCAD/S EREH/SU EST.	23.02.2015	SOCAD	Encaminha Mapa de Tempo de Serviço	-	Estamos aguardando análise dos documentos remetidos	PENDENTE
3	Acórdão nº. 1202/2015 - TCU - 1ª. Câmara	Ofício nº. 2682/2015-TCU/SEFIP.	06.03.2015	Para conhecimento e anotação nas pastas funcionais .	Não houve		SEREH	anotação nas pastas funcionais .	-	-	ATENDIDA

4	Acórdão n°. 1215/2015 - TCU - 1ª. Câmara	Ofício n°.3561/2015-TCU/SEFIP.	24.03.2015	Para conhecimento e anotação nas pastas funcionais .	Não houve		SEREH	anotação nas pastas funcionais .			ATENDIDA
5	Acórdão n°. 2856/2015 - TCU - 1ª. Câmara	Ofício n°.8082/2015-TCU/SEFIP.	02.07.2015	Determina que a Suest adote providencias com vista a apurar a ocorrência de má fé na concessão da mencionada pensão, e caso isso se confirme deve apresentar a ilegalidade perante esse Tribunal, conforme já decidido por esta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 1968/2011-TCU	Não houve	-	SEREH	Recorrente entro com recursos.	TCU não conheceu do presente recurso em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal do recorrente.	-	ATENDIDA
6	Diligências	Ofício n°.2565/2015-TCU/SEFIP.	31.07.2015	Solicita informações acerca da existencia de dependentes do ex-servidor Fernando José Martins de Sousa.	Ofício n°. 1231/SOCAD/SEREH.	12.08.2015	SOCAD	Informar dependentes constantes de seus registros funcionais.	-	-	ATENDIDA
7	Diligências	Ofício n°.3924/2015-TCU/SEFIP.	27.03.2015	Solicita informações acerca da evidencia que o instituidor Armando Cardoso de Macedo detinha a condição de Celestista antes do advento da Lei 8.112/1990.	Ofício n°. 509/SOCAD/SEREH.	13.04.2015	SOCAD	Encaminha dados funcionais que comprovam a solicitação.	-	-	ATENDIDA

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Com a criação do sistema Monitor desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) que permite o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por meio das ações de auditoria e fiscalização e a migração de recomendações que anteriormente encontravam-se situadas no nível central por ser aquela instância a repassadora de recursos relacionados aos convênios, bem como em razão de não termos alimentado o mesmo no exercício em razão da inexistência de profissional habilitado para acesso ao sistema, situação esta que foi parcialmente saneada agora em 2017, porém ainda carece de solução visto que não há permissão para visualização e nem inclusão de informações desta SUEST, apesar dos perfis terem sido solicitados junto à CGU. esta situação já foi comunicada ao setor competente naquele órgão, o qual está adotando as providências necessárias que possibilitem a alimentação sistemática do mesmo.

Apesar do problema acima, buscou-se junto à Auditoria Interna um relatório do Monitor que espelhasse a situação da SUEST-MA, com vistas à verificação do cumprimento das recomendações, posto que muitas foram respondidas porém não foram inseridas no sistema pelas razões acima expostas.

Exemplificando, uma das recomendações que se encontram pendentes e que foi efetivamente atendida por meio da 2015OB800363 de 14.08.2015 por meio da 2015OB800363 de 14.08.2015 foi a seguinte: "Verificou-se que a recomendação ainda não foi plenamente atendida. Ainda está pendente o pagamento dos valores devidos à empresa Farmácia São Patrício (Processo nº 25170.006.878/2004-60), no valor de R\$ 12.203,67". Este é apenas um dos casos relacionados àquelas oriundas das Auditorias Anuais de Gestão.

Em relação aquelas que migraram da presidência ainda não tivemos como verificar a situação pontual de cada uma, sendo que a maioria continua na situação de pendente, sendo que como o sistema gera um quadro no excel não é possível o lançamento do mesmo no presente relatório.

Assim sendo, não está sendo apresentado um quadro demonstrativo completo contendo cada uma das recomendações, porém informa-se que as recomendações identificadas pelos números 60388, 60393, 85701, 15778, dentre outras, foram plenamente atendidas e constam no Sistema Monitor como pendentes. Diante disto, será feito um levantamento minucioso acerca de cada uma delas, buscando-se as provas do cumprimento das mesmas, para inserção no sistema logo que for permitido o acesso local

7.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Quadro 20 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais						
	Não instauradas			Instauradas 25			
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração* **
14	-	-	Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		

* Cobranças administrativas concluídas no exercício.

** Instauradas e concluídas, encaminhadas à Auditoria Interna para posterior envio ao TCU.

PROCESSOS DE COBRANÇAS ADMINISTRATIVAS REALIZADOS EM ANDAMENTO NO EXERCÍCIO 2016

ITEM	SIAFI	Nº CV OU TC	ENTE CONVENIADO	VALOR -R\$	DATA	SITUAÇÃO
1	490060	CV 0945/03	LORETO	15.993,50	03/02/2016	NÃO CONCLUÍDO
2	442776	CV 2985/01	PIRAPEMAS	29.165,52	15/02/2016	
3	634088	CV 0453/07	ESPERANTINÓPOLIS	30.000,00	19/02/2016	NÃO CONCLUÍDO
4	574565	CV 1553/06	ROSÁRIO	16.000,00	24/02/2016	NÃO CONCLUÍDO
5	414515	CV 0622/00	GOV. NUNES FREIRE	8.261,42	24/02/2016	NÃO CONCLUÍDO
6	439081	CV 3371/01	AMAPÁ DO MARANHÃO	6.275,00	02/03/2016	NÃO CONCLUÍDO
7	572229	CV 1419/06	ITAPECURU MIRIM	4.389,72	24/05/2016	NÃO CONCLUÍDO
8	558990	CV 2617/05	BELÁGUA	21.890,49	24/05/2016	NÃO CONCLUÍDO
9	645640	CV 0830/08	LAGOA DO MATO	4.726,11	02/06/2016	NÃO CONCLUÍDO
10	650999	CV 0340/08	BREJO	30.000,00	30/06/2016	NÃO CONCLUÍDO
11	558992	CV 2722/05	ICATU	28.000,00	11/07/2016	NÃO CONCLUÍDO
12	555181	CV 1099/05	BERNARDO DO MEARIM	14.143,23	12/08/2016	NÃO CONCLUÍDO
13	669894	CV 0541/11	JATOBÁ	18.659,28	25/08/2016	NÃO CONCLUÍDO
14	569467	CV 0009/06	CENTRAL DO MARANHÃO	45.635,22	13/04/2016	NÃO CONCLUÍDO
				273.139,49		

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Funasa observa o cronograma de pagamento das obrigações contratuais, podendo ser observadas e comprovadas no SIAFI - Sistema de Administração Financeira.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não foi realizada revisão de contratos no exercício de 2016 pela SUEST-,MA.

7.6 Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro 21 – Despesas com Publicidade 2016

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Contrato nº 04/2015	Vig. 25/08/2016 a 24/08/2017	18.000,00	
Legal	10.122.2115.200 0.0001	-	3.495,52

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

No contexto de atuação desta fundação, com mais ênfase no exercício de 2016, foram desenvolvidas ações de grande relevância para os municípios e suas respectivas populações. Isto porque, a **Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)** do Estado do **Maranhão**, por meio de cooperação técnica com a **Universidade Federal Fluminense (UFF)**, está oferecendo capacitação técnica e assessoria para a elaboração das minutas dos Planos Municipais de Saneamento Básico em 118 municípios do Maranhão, com população abaixo de 50.000 habitantes, conforme Termo de Referência da **FUNASA (MS/2012)**.

Em consonância com a necessidade da efetiva da população, nas tomadas de decisões, neste processo, a mesma vem e deverá ocorrer em todas as fases de elaboração do PMSB, prevendo-se o **envolvimento da sociedade** durante a aprovação, execução, avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico a cada **quatro anos**.

A figura abaixo apresenta os principais direcionamentos de elaboração do PMSB.



O **Estado do Maranhão**, com seus 217 municípios, apresenta uma economia centrada na agricultura e pequenos negócios, em sua grande maioria. Esses aspectos resultam em uma renda *per capita* baixa e capacidade de investimentos reduzida, ocasionando limitação em infraestrutura e oferta de serviços públicos básicos. Investimentos em saneamento básico, tanto do Governo Federal, como do Estadual são necessários.

A elaboração de **Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)** é uma exigência legal e estabelecida pelas seguintes Leis:

- Lei Federal nº 11.445/07 (Lei de Diretrizes Gerais para o Saneamento), de 5 de janeiro de 2007, que define as diretrizes nacionais e estabelece a **Política Federal de Saneamento Básico**, e de seu Decreto de Regulamentação nº 7.217, de 21 de junho de 2010;
- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, e de seu Decreto de Regulamentação nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010;
- Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece o **Estatuto das Cidades**.

A nova legislação promove a universalização na oferta dos serviços que compõem o saneamento básico e o fortalecimento da cultura de planejamento municipal, melhorando-se assim, a aplicação de recursos para se atingir as metas e objetivos traçados no PMSB.

Considera-se como uma das ações de extrema relevância a possibilidade de garantir aos municípios a construção dos seus Planos Municipais de saneamento Básico de forma correta e de acordo com a realidade de cada um. Além disto, o mesmo servirá como um instrumento de captação de um maior aporte recursos destinados às ações de saneamento básico, cujos benefícios finais se constituirá na melhoria da qualidade de vida das populações, além do aumento da cobertura do saneamento básico em nosso país.

Como já foi enfatizado no Relatório de Gestão de 2015, os resultados das atividades desenvolvidas pela SUEST-MA, não se resumem apenas aos números simples apresentados como cumprimento das metas, eles se refletem de forma mais contundente, quando os investimentos transferidos para os gestores locais são aplicados corretamente e se concretizam em obras que se transformam em benefícios inestimáveis para as populações mais carentes, notadamente aquelas que vivem nas zonas rurais dos municípios. Esses benefícios se traduzem para as pessoas que são contempladas, em inclusão social, na melhoria da qualidade de vida, na redução das doenças infecciosas e parasitárias e de veiculação hídrica, dentre outras.

A missão institucional da Funasa reflete um ideal que, caso possa se concretizar, será um dos instrumentos mais valiosos para a gestão pública no contexto tanto social quanto epidemiológico e ambiental em face das ações que fazem parte de suas responsabilidades. O grande problema que se tem a enfrentar para o atingimento desses objetivos, consiste de forma mais contundente, na carência de pessoal, ausência de uma política de Recursos Humanos, dentre outros.

FUNASA

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

- Ética;
- Eqüidade;
- Transparência;
- Eficiência; Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso socioambiental.